

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PÉRICLES AUGUSTO DOS SANTOS

**DINÂMICAS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA LOCALIDADE
DO SALTO PARATI, ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-
HILAIRE/LANGE, PARANÁ**

MATINHOS
2016

PÉRICLES AUGUSTO DOS SANTOS

**DINÂMICAS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA LOCALIDADE
DO SALTO PARATI, ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-
HILAIRE/LANGE, PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Territorial Sustentável, pelo
programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial Sustentável da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Quadros

MATINHOS
2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE:
UFPR / SIBI - Biblioteca do Centro de Estudos do Mar
Liliam Maria Orquiza - CRB-9/712

S237d Santos, Pércles Augusto dos
Dinâmicas de conflitos socioambientais: o caso da localidade do Salto Parati, entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, Paraná. / Pércles Augusto dos Santos. – Matinhos, 2016.
110 f.; 29 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Quadros.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

1. Floresta Atlântica. 2. Unidades de conservação. 3. Áreas protegidas. 4. Desenvolvimento territorial sustentável. 4. Litoral do Paraná. I. Título. II. Quadros, Juliana. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 333.72



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PERICLES AUGUSTO DOS SANTOS**, intitulada: "**DINÂMICAS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA LOCALIDADE DO SALTO PARATI ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE, PARANÁ**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

APROVAÇÃO.


MATINHOS, 30 de Junho de 2016.


Prof JULIANA QUADROS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


Prof LILIANI MARILIA TIEPOLO

Avaliador Interno (UFPR)


Prof LUIZ FRANCISCO DITZEL FARACO

Avaliador Externo (ICMBIO)

Dedico esse trabalho a minha família, em especial a minha esposa Charlotte e meu filho Eduardo. Para vocês sempre o melhor que eu puder.

AGRADECIMENTOS

A vocês que compartilharam parte de suas vidas, que disponibilizaram seu tempo, que me acolheram como um amigo, e possibilitaram mais do que a estruturação desta dissertação, uma nova forma de ver e sentir o mundo, os meus agradecimentos.

A minha esposa Charlotte por me aturar com paciência, carinho e por desenvolver o melhor medicamento de todos para depressão, o rolinho;

Ao meu filho Eduardo que me inspira a ser a cada dia que passa uma pessoa melhor, pelo melhor abraço do mundo e por simplesmente me amar da forma mais pura que existe;

Aos meus sogros por terem me acolhido como um filho e dado todo apoio que precisei sem medir esforços para isso;

A minha mãe por comprometer suas finanças para possibilitar minha caminhada durante esta pesquisa;

A minha orientadora, mas, muito mais que isso, minha amiga, por me guiar e me resgatar quando nem eu mais acreditava em mim, por chorar comigo e por toda disposição e tempo dedicados;

A Liliani Marília Tiepolo, minha professora, para sempre minha orientadora, amiga, e pelo abraço no Gab 6 quando eu mais precisava;

As famílias do Parati, pelo carinho, pela confiança e pelo aprendizado;

A equipe do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, pela confiança, carinho, seriedade e profissionalismo;

A Fundação Araucária e a CAPES pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de apoio a pesquisa.

“A felicidade só é real quando partilhada” (CHRISTOPHER McCANDLESS)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo principal a análise das dinâmicas dos conflitos socioambientais da localidade do Parati. Partimos da concepção de que os conflitos são inerentes à própria sociedade, assim, próprios das relações sociais. Nesse contexto nos debruçamos sobre os conflitos de ordem socioambiental, e mais especificamente ainda, aqueles que tenham relação com as Unidades de Conservação. Inúmeros esforços tem sido feitos no campo acadêmico, no sentido de definir categorias, e conceitos para o tema dos conflitos, entretanto estudos de casos específicos, podem servir de base para tomada de decisões por parte de atores envolvidos nos conflitos, uma vez que, estes tenham maiores detalhes sobre elementos centrais das dinâmicas estabelecidas nos territórios. Assim trabalhamos neste estudo com a Localidade do Parati, entrevistando suas famílias e representantes de órgãos públicos com alguma atuação na região. Para a pesquisa de dados foi realizada pesquisa documental, revisão de literatura, entrevistas semi-estruturadas e observações *in loco* para coletar informações em diários de campo. Isso nos permitiu apresentar algumas características básicas da região, que está localizada na área rural do município de Guaratuba, precisamente nas imediações do Parque Nacional de Saint-Hilaire / Lange e dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Vivendo um processo histórico de transformação cultural, envelhecimento populacional e esvaziamento da localidade, o Parati enfrenta um conjunto de conflitos como dificuldade de acesso, falta de serviços básicos (saúde, educação, segurança e saneamento), assim como a sobreposição de territórios e de diferentes atividades econômicas. A atribuição equivocada de responsabilidade, por vezes feita a atores sociais de unidades de conservação e agências ambientais, levou a um conjunto de problemas: o agravamento da dinâmica dos conflitos; a invisibilidade destes; e a adoção pelo governo municipal de uma atitude apática e até mesmo indiferente às questões socioambientais, sem ser responsabilizado por elas.

Palavras-chave: Floresta Atlântica. Unidades de Conservação. Áreas Protegidas. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Litoral do Paraná.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the dynamics of socio-environmental conflicts in the locality of Parati. We start from the idea that conflicts are inherent to society itself, thus proper to social relations. In this context, we worked out the conflicts of environmental order, and even more specifically, those related to protected areas. Numerous efforts have been made in the academic field, to define categories and concepts concerning conflicts, however specific case studies provide a basis for decision making by actors involved in the conflict, since they have details on key elements of the conflict dynamics established in the territories. Therefore, we studied the locality of Parati, interviewing families and representatives of public institutions with activities in the region. For the data survey was conducted documentary research, literature review, semi-structured interviews and *in loco* observations to gather information in field diaries.. This allowed us to present some basic characteristics of the region, that is located in the rural area of the municipality of Guaratuba, precisely in the immediate surroundings of the National Park Saint-Hilaire / Lange and within the limits of the Environmental Protection Area of Guaratuba. Living a historical process of cultural transformation, population aging and emptying of the locality, the Parati is facing a set of conflicts as access difficulty, lack of basic services (health, education, safety and sanitation), as well as the overlap of territories and of different economic activities. The mistaken attribution of responsibility, sometimes made to social actors from conservation units and environmental agencies, has led to a set of problems: the worsening of conflicts' dynamics; the invisibility of these; and the adoption by the municipal government of an apathetic and even indifferent attitude to the socialenvironmental issues without being held accountable for them.

Key-words: Atlantic Rain Forest. Conservation Units. Protected Areas. Territorial Sustainable Development. Coast of Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS CASAS, ÁREAS DE ROÇA E OUTROS LOCAIS RELEVANTES PARA A POPULAÇÃO DO PARATI, GUARATUBA/PR EM RELAÇÃO AOS LIMITES DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/ LANGE E DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARATUBA.....	23
FIGURA 2 - MAPA DE ACESSOS POR TERRA E POR MAR PARA A LOCALIDADE DO PARATI – GUARATUBA/PR.....	24
FIGURA 3 - HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE UCS FEDERAIS E ESTADUAIS EM MILHÕES DE HECTARES.....	42
FIGURA 4 - COBERTURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PROTEGIDA POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	42
FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL, ESQUERDA) E PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO DE CADA MUNICÍPIO ABRANGIDO PELO PNSHL (DIREITA).....	68
FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL) QUE POSSUEM REPRESENTANTES NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE.....	72
FIGURA 7 - PRESENÇA DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL) DE 2008 A 2015, EXPRESSA EM FRAÇÃO.....	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXTENSÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE.....	20
TABELA 2 - FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA.....	66
TABELA 3 - ETAPAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE.....	70
TABELA 4 - HISTÓRICO DE AÇÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNSHL ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2012.....	76
TABELA 5 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MORADORES.....	87
TABELA 6 - ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSIDERADAS PELOS ENTREVISTADOS COMO POTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	90
TABELA 7 - PRINCIPAIS PROBLEMAS DA LOCALIDADE DO PARATI, GUARATUBA, PARANÁ, SEGUNDO ENTREVISTAS REALIZADAS COM GRUPO 02 EM 2015.....	91
TABELA 8 - POSSÍVEIS CAUSAS PARA OS PROBLEMAS.....	92

LISTA DE SIGLAS

ACADEBIO	– ACADEMIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE
AP	– ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS
APA	– ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
AP	– AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
CDB	– CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA
CONAMA	– CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
IBAMA	– INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBDF	– INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS
ICMBio	– INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
IEPR	– INSTITUTO DE ECOTURISMO DO PARANÁ
IPÊ	– INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
MMA	– MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ONU	– ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OP	– ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS
OSCIP	– ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
PNB	– PRODUTO NACIONAL BRUTO
PNSHL	– PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE
SNUC	– SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
UC	– UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
UFPR	– UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UICN	– UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	A PESQUISA.....	18
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
2.1	O LITORAL DO PARANÁ.....	20
2.2	O PARATI.....	21
3	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL DE PESQUISA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	25
3.1	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	25
3.2	HOMEM E NATUREZA.....	28
3.3	AS BASES DE UMA IDEIA.....	32
3.4	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	35
3.4.1	Panorama geral: das metas a efetividade.....	39
3.5	TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO.....	43
3.6	REFERÊNCIAS.....	47
4	POPULAÇÕES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ELEMENTOS PARA PENSAR AS RELAÇÕES A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	51
4.1	AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
4.2	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	52
4.3	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	56
4.4	MECANISMOS DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	62
4.4.1	Procedimentos metodológicos.....	62
4.4.2	Resultados e discussões.....	63
4.5	O CASO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE.....	67
4.6	REFERÊNCIAS.....	77

5	O PARATI: DA INVISIBILIDADE À DINÂMICA DOS CONFLITOS.....	83
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	83
5.2	ASPECTOS GERAIS: MORADORES.....	84
5.3	ASPECTOS GERAIS: REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS.	89
5.4	RELAÇÕES ENTRE OS PERFIS E PERCEPÇÕES: OS CONFLITOS E AGENTES CAUSADORES.....	92
5.5	REFERÊNCIAS.....	96
6	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	100
	REFERÊNCIAS GERAIS.....	104
	APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA: CAMPO 01 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DINÂMICA DA COMUNIDADE DO SALTO PARATI..	107
	APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA: CAMPO 01 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DINÂMICA DA COMUNIDADE DO SALTO PARATI..	109

APRESENTAÇÃO GERAL

Esta pesquisa é resultado da compilação de vários trabalhos escritos e publicados ao longo de 2014 a 2016. Entre eles: “gestão de unidades de conservação e (proto) participação social”¹; “participação social na criação e implantação de unidades de conservação no Brasil, o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange”²; “os conflitos socioambientais em comunidades do entorno de unidades de conservação, a construção de um referencial de pesquisa sob a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável”³; “as influências dos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da localidade do Parati Guaratuba/PR na dinâmica dos conflitos socioambientais entre população e unidades de conservação”⁴; e atores sociais e conflitos socioambientais, uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, litoral do Paraná.

Este conjunto de publicações compõem um trabalho maior e juntos constituem-se em uma reflexão sobre as dinâmicas dos conflitos socioambientais entre populações do entorno e as unidades de conservação, a partir do caso da localidade do Parati, Guaratuba, Paraná.

A introdução apresenta ao leitor o processo de aproximação do pesquisador ao tema desta pesquisa.

¹ Trabalho publicado como capítulo de livro nos anais do I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável: Santos, P. A.; Quadros, J. “Anais do I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 29 a 30 de outubro de 2015: Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento territorial sustentável: políticas, ecologias e saberes / Organizado por Juliana Quadros e Péricles Augustos dos Santos. – Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

² Trabalho publicado como artigo: Quadros, J.; Costa, A. C. G.; Sezerino, F. S.; Santos, P. A. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 6, n. 3, p. 32-49, set/dez 2015.

³ trabalho publicado como capítulo de livro nos anais do 7º Encontro Nacional da ANPPAS: Santos, P. A.; Quadros, J. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: <http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>

⁴ trabalho publicado como capítulo de livro nos Anais do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS: Santos, P. S.; Quadros, J. Culturas e Biodiversidade: o presente que temos e o futuro que queremos. Anais do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS. Páginas 429-437. Disponível em: http://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/files/2015/11/SAPIS_ELAPIS_bq.pdf

O texto segue com uma caracterização da área de estudo, partindo do regional, o litoral Paranaense, para o específico, o Parati. Abordando alguns dados populacionais, e aspectos econômicos, além de, apresentar as interfaces do território com as unidades de conservação existentes na região.

O terceiro capítulo traz a construção de um referencial teórico que aborda conceitos importantes para discussão dos resultados. O referencial apresenta abordagens e noções sobre os conflitos socioambientais, as relações homem e natureza e as bases para a ideia de conservação. Por fim o tema específico das unidades de conservação e os laços que estas estabelecem com o desenvolvimento territorial sustentável e trabalhado.

O quarto capítulo traz análises e discussões sobre elementos e mecanismos de participação social na gestão e implantação das unidades de conservação. Percebe-se que os espaços dos conselhos exercem papel importante nas relações dos atores envolvidos em conflitos entre populações e unidades de conservação. Desta forma avaliou-se o caso do conselho consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange com o intuito de identificar elementos das relações estabelecidas entre os atores dentro deste espaço e da efetividade deste como espaço de participação e gestão.

O quinto capítulo fecha a dissertação com a apresentação dos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com os dois grupos de atores selecionados para pesquisa. Além disso, são caracterizados os moradores do Parati e representantes de órgãos públicos com alguma atuação local. Neste momento surgem de forma mais clara os elementos das dinâmicas dos conflitos, os próprios conflitos e seus agentes causadores e intensificadores.

Por fim apresentamos nossas conclusões gerais, identificando a existência de caminhos e alternativas que tem surgido a partir da cooperação entre população e UC.

1 INTRODUÇÃO

Em 2103 começava outro texto com a seguinte reflexão: “... A subida de uma montanha sempre muda a perspectiva do ser humano com o seu mundo...” (STRUMINSKI, 2001, p.13).

Sem a pretensão de rediscutir o que foi escrito naquele momento, em outro contexto que não o do objeto deste trabalho, apenas questiono: em que momento esta reflexão não caberia? Afinal, qual experiência, seja ela a subida de uma montanha, as disciplinas de um mestrado, as vivências de um campo para coleta de dados, não nos faz mudar nossa perspectiva com o mundo.

O ano de 2014 é um ano de mudanças e novas perspectivas não só pessoalmente, mas para o litoral paranaense, que passa a contar com mais um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública em seu território, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná.

Criado com o objetivo de compreender as dinâmicas ecossistêmicas bem como as lógicas do mercado e das políticas de Estado, o programa busca a promoção e a inserção do grupo de pesquisadores e alunos na comunidade, potencializando a transformação regional, a partir, do reconhecimento da complexidade das interações entre a diversidade cultural, o ambiente e suas dinâmicas de desenvolvimento.

Minha relação com o território do litoral Paranaense não é das mais antigas, mas também não é das mais superficiais. Natural de Curitiba, nunca fugi muito a regra, de família simples e bisneto de italianos sempre aprendi a estabelecer uma relação mais direta com áreas de mata, rios e campos, mesmo que não com o objetivo de conservar.

Descobri desde cedo que precisamos estar conectados a algum ambiente. E assim, apesar de passar a maior parte da minha vida em contato com uma cultura mais urbana, optei em 2009 por me graduar em Gestão Ambiental na Universidade Federal do Paraná (UFPR), setor litoral, Matinhos - PR. Apesar de não ser natural da região do litoral, em 2013 iniciei minha aproximação ao tema desta dissertação, no momento em que finalizava e apresentava a ideia de que os processos de

comunicação entre Unidades de Conservação (UC) e populações de entorno a elas, eram, em grande parte dos casos falhos, e por este motivo criavam e intensificavam conflitos. Contudo, os documentários poderiam ser uma forma de linguagem mais equilibrada e eficaz, na medida em que, estão ligados a dimensões de percepção mais emotivas.

Assim, percebemos que existia nessa ideia um problema básico, estávamos nos propondo a trabalhar com uma forma específica de linguagem, o documentário, para promover a gestão participativa, o acesso a informação, processos de formação e a redução dos conflitos entre populações e o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (PNSHL), entretanto, não conhecíamos minimamente quais eram os conflitos existentes, quais os atores envolvidos e quais as dinâmicas estabelecidas entre estes atores.

Concluimos que nosso tema de pesquisa é o dos conflitos socioambientais, e que a pergunta que nos move é: quais são, e qual o perfil dos atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais entre a localidade do Salto Parati e o PNSHL? E, como estes se relacionam dentro das dinâmicas dos conflitos?

Temos assim nosso tema, problema e delimitado o nosso objeto de estudo, a localidade do Parati, situada na porção norte da baía de Guaratuba, uma região rural, com poucas famílias e com a presença de duas UC, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba e o PNSHL.

1.1 A PESQUISA

O *status* dos conflitos, no âmbito da sociedade moderna, torna-os inerentes à própria sociedade. Com mais precisão ainda: constituintes (NASCIMENTO, 2001, p. 89). Assim compreendemos que além de constituintes os conflitos manifestam-se de formas distintas em diferentes tipos de sociedades.

Nosso objetivo principal de analisar as dinâmicas dos conflitos socioambientais da localidade do Salto Parati, busca além de, contribuições acadêmicas sobre como a organização complexa das relações entre os atores sociais interfere na dinâmica dos conflitos socioambientais entre populações e

Unidades de Conservação (UC), dar visibilidade as situações conflituosas, criando assim, a possibilidade de discussão e manejo dos mesmos.

A produção de informações sistematizadas sobre populações em entorno de UC no litoral do estado do Paraná pode servir de base também para que gestores e órgãos públicos possam planejar e direcionar suas ações em busca de propostas alinhadas com perspectivas de um desenvolvimento territorial sustentável, pautado em justiça ambiental e em propostas mais endógenas, pensadas a partir de contextos mais específicos.

Para alcançar este objetivo nos propomos então a: discutir a participação social na gestão das UC no Brasil, pensando-a a partir de marcos legais, conceitos de participação social e políticas públicas; analisar a experiência da criação e gestão do Conselho Consultivo do PNSHL, no litoral do Paraná; caracterizar a localidade e a população do Parati, Guaratuba/PR; e identificar aspectos das relações entre os atores sociais que interfiram na dinâmica dos conflitos socioambientais

A região do Parati, dentro de um contexto maior das localidades próximas como o Cabaraquara, Fincão, Quilombo, Rio das Ostras e Rio dos Meros, passou e passa por dinâmicas de transformação do espaço e da cultura. Entre os fatores que podem ter ou estar influenciando estas dinâmicas temos, a implementação de projetos de infraestrutura para região, a delimitação e implementação de áreas naturais protegidas, e a ausência de serviços públicos de atendimento básico a saúde, educação, segurança, saneamento, entre outros.

Neste contexto de processos e transformações socioculturais, econômicas, gestão de recursos naturais, conflitos socioambientais e mecanismos de participação social, o território da localidade do Parati se configura como rico espaço para execução desta de pesquisa.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 O LITORAL DO PARANÁ

O Litoral paranaense está localizado na porção sul do país e é formado por sete municípios: Guaratuba; Matinhos; Pontal do Paraná; Paranaguá; Morretes; Antonina; e Guaraqueçaba. Ambos totalizam uma extensão territorial de 6.127,973 Km² distribuídos entre o oceano Atlântico e a Serra do Mar, com cerca de 286.602 Habitantes em 2015 (IBGE, 2016) (TABELA 1).

TABELA 1 - EXTENSÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE.

Municípios	Extensão Territorial (Km²)	População Estimada (2015)
Guaratuba	1.396,721	35.182
Matinhos	117,743	32.591
Pontal do Paraná	199,847	24.352
Paranaguá	826,675	150.660
Morretes	684,580	16.435
Antonina	882,317	19.416
Guaraqueçaba	2.020,090	7.966
Total	6.127,973	286.602

FONTE: (IBGE CIDADES, 2016).

Para Estades (2005) os municípios do litoral paranaense poderiam ser agrupados de acordo com três grupos: portuários, composto por Paranaguá e Antonina; rurais, formado por Morretes e Guaraqueçaba; e praiano turísticos, constituído pelos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Contudo, tendo em vista o contexto atual do litoral do estado algumas mudanças podem ser identificadas nesta classificação em virtude das atuais propostas de industrialização, instalação portuária e aberturas e duplicações de estradas apresentadas por esferas de governo e empresas privadas, e em alguns casos, implementadas. Tal contexto leva a reconsiderar as classificações dos municípios de Pontal do Paraná, agora território de propostas para abertura de um porto privado e instalações de empreendimentos industriais de grande porte, e Matinhos, agora também, com uma

configuração de cidade dormitório, abrigando parte dos empregados dos novos empreendimentos propostos para os municípios vizinhos.

A complexidade e heterogeneidade apresentada no Litoral dão origem a duas fortes contradições: de um lado, o valor da Região como patrimônio natural e para a proteção da biodiversidade e, de outro, um quadro de subdesenvolvimento que não corresponde aos potenciais regionais e ao sucesso de algumas atividades (DENARDIN *et. al.* 2008).

Para Denardin (2008) e Estades (2005) a região apresenta sérios problemas socioeconômicos que se traduzem num quadro de pobreza social. Por outro lado, apresenta uma natureza invejável que se traduz num quadro de riqueza natural. Nessa região se concentram os remanescentes florestais do bioma mata atlântica considerados os mais bem conservados do Brasil.

Neste sentido para Sonda (2002), no litoral paranaense, de um modo geral, os remanescentes florestais concentram-se em regiões de menor desenvolvimento econômico e social. Essas regiões são acidentadas, com solos de baixa fertilidade, marcadas pela presença de sistemas de produção familiares de subsistência ou tradicionais, em grande parte, com elevada presença de produtores pobres e sem acesso aos instrumentos de políticas públicas.

2.2 O PARATI

Localizado na área rural do município de Guaratuba, no litoral do estado do Paraná, a localidade do Parati se constitui atualmente como um núcleo de poucas famílias. Mellinger (2013) identifica 38 casas nas regiões das localidades do Parati, Fincão e Rio das Ostras, sendo que deste total de casas apenas 11 contam com moradores fixos. Em contraste com o baixo número de famílias morando na região a autora destaca o surgimento de sítios de lazer em conjunto com sítios de moradores de regiões próximas como Prainha e Cabaraquara. Para Sonda (2002) comunidades da porção norte da baía de Guaratuba, da qual o Parati faz parte, passaram e passam por um intenso processo de migração de suas famílias, que por sua vez resulta no esvaziamento das comunidades, possibilitando assim a aquisição de

terras por “pessoal de fora”, dando início ao processo de transformação do espaço rural do trabalho em espaço rural de lazer.

Sonda (2002) ressalta ainda que há na região a utilização da mão de obra familiar nas práticas produtivas, à utilização de instrumentos rudimentares como enxadas e foices e a posse de barcos próprios ou canoas. Destacam-se como atividades de subsistência a roça/farinha, a pesca, o caranguejo pegado, e o quintal de frutíferas e horta. Já as atividades de geração de renda são o caranguejo pegado, a pesca, o marisco e ostra, e a atividade de caseiro (MELLINGER, 2013).

Ponto estratégico de ligação entre as regiões de Paranaguá e Guaratuba entre os anos de 1916 e 1926, o Parati está localizado no entorno imediato do PNSHL, UC de proteção integral criada no ano de 2001, e integralmente dentro dos limites de uma UC de uso sustentável, a APA de Guaratuba, criada no ano de 1992.

O PNSHL é responsável pela proteção de aproximadamente 25.118,90 ha de Mata Atlântica em suas diversas formações. Foi a primeira UC do Brasil a ser criada por Lei (Lei Nº 10.227, de 23 de maio de 2001). Sua área se distribui em quatro dos sete municípios do litoral do estado do Paraná: Paranaguá; Morretes; Matinhos; e Guaratuba, sobrepondo-se, ou ainda com, limites muito próximos ao das residências da localidade do Parati, com casos de sobreposição de áreas de uso da população a áreas destinadas a conservação pelo Parque (FIGURA 1).

A APA de Guaratuba, criada pelo Decreto Estadual Nº 1.234, possui área aproximada de 200 mil hectares que abrangem os municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Morretes e Paranaguá. A compatibilização do uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, contribuindo com a qualidade de vida das comunidades caiçaras e das populações locais, são objetivos de criação dessa UC (APA, 2015). Segundo o zoneamento da APA de Guaratuba a localidade do Parati está integralmente situada na zona de conservação C11.

O acesso à localidade é limitado e pode ser feito de duas maneiras, por terra ou mar. Por terra existem dois caminhos possíveis, o primeiro pode ser percorrido a pé, de bicicleta ou motocicleta e segue o traçado da antiga estrada do “Alboit” que liga a comunidade à rodovia PR – 508, próximo a Matinhos; o segundo é uma antiga trilha de ligação entre as regiões do Cabaraquara, Porto Barreiro e Parati, todas no

município de Guaratuba. Atualmente esta segunda trilha pode ser percorrida apenas a pé e tem sido procurada para realização de atividades esportivas, como corridas de navegação.

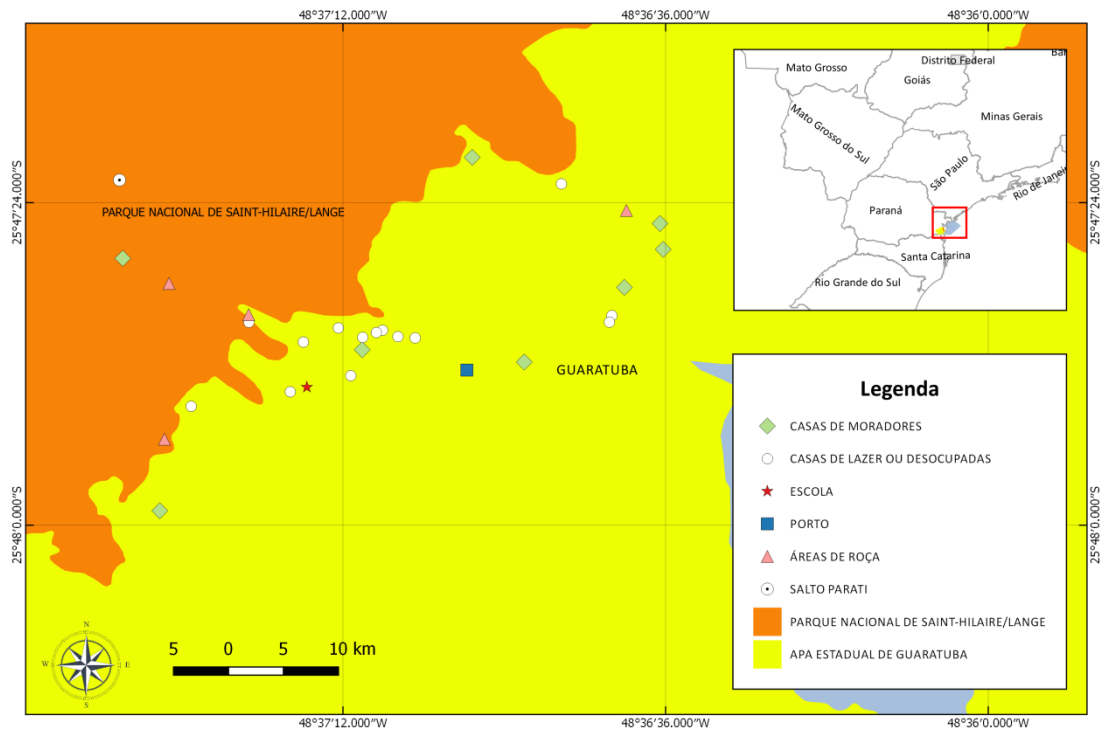


FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS CASAS, ÁREAS DE ROÇA E OUTROS LOCAIS RELEVANTES PARA A POPULAÇÃO DO PARATI, GUARATUBA/PR EM RELAÇÃO AOS LIMITES DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/ LANGE E DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARATUBA. FONTE: Os autores (2016).

Nesse sentido, a gestão do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange realizou no ano de 2015 o reconhecimento do traçado para identificação da situação da trilha e do seu potencial para uso público. Por fim, o acesso pelo mar poder ser feito subindo o rio Parati e chegando ao porto de mesmo nome. Importante salientar que este acesso só pode ser feito em embarcação pequena ou média e na maré alta, pois a maior parte do trecho percorrido no rio Parati não é navegável na maré baixa e o Porto Parati não pode ser alcançado (FIGURA 2).

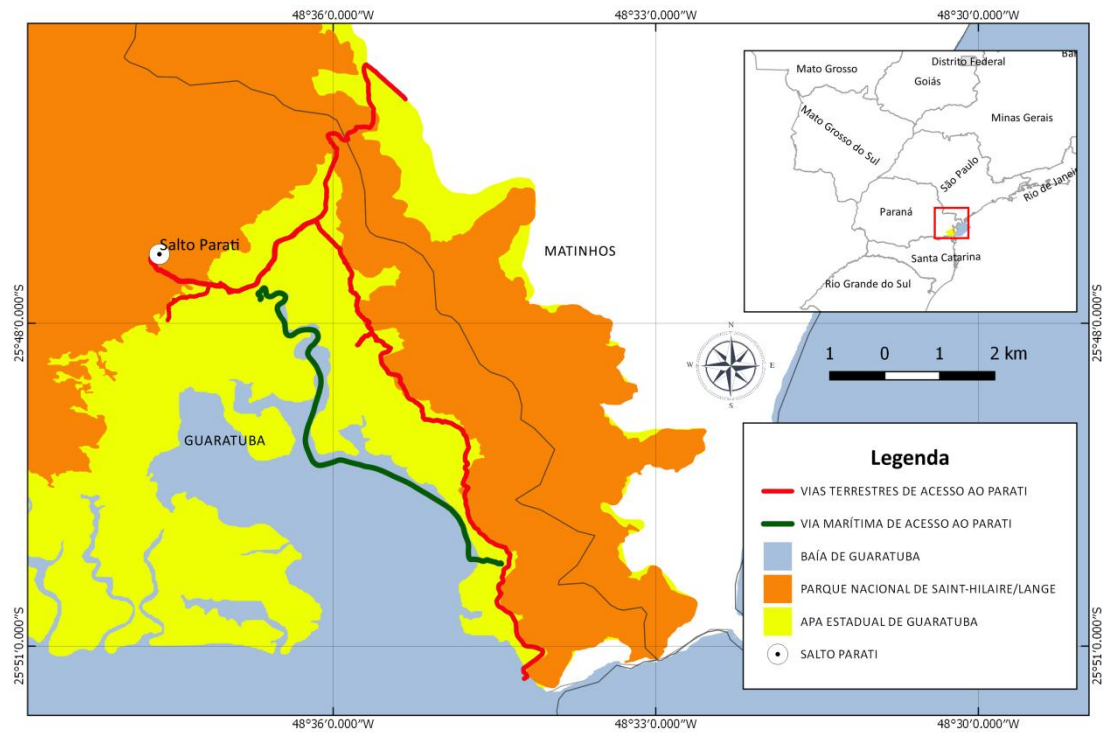


FIGURA 2: MAPA DE ACESSOS POR TERRA E POR MAR PARA A LOCALIDADE DO PARATI – GUARATUBA/PR. FONTE: Os autores (2016).

3 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL DE PESQUISA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL⁵

3.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Little (2006) define os conflitos socioambientais como um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, que nada mais é do que, as disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural, estendendo o foco antes restrito a embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais identitários e morais, nem sempre claramente visíveis mas inerentes às relações entre a sociedade e a natureza.

Estes embates ou disputas entre grupos sociais pelos recursos naturais, definidos como conflitos socioambientais, são ubíquos e podem ocorrer em diferentes escalas; suas causas são variadas, sendo as mais comuns que os recursos naturais se encontrem em espaços interconectados, onde as ações de um indivíduo ou grupo podem gerar efeitos além de onde foram originados; os recursos são em geral compartilhados em espaços sociais onde se estabelecem relações complexas e desiguais entre uma ampla gama de atores sociais; há diferentes formas como os recursos naturais são usados pelos grupos sociais, evidenciando relações sociais que configuram territorialidades; por fim os atores envolvidos são geralmente coletivos e apresentam diferenças no nível de conhecimento e informação, no nível de recurso e poder e diferenças nos aspectos culturais (VARGAS, 2007).

Neste contexto para Little (2001) a tipologia dos conflitos socioambientais apresenta certa flexibilidade, além de, poder ser dividida em três categorias: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; conflitos em torno dos impactos

⁵ Texto adaptado do trabalho publicado como capítulo de livro nos anais do 7º Encontro Nacional da ANPPAS: Santos, P. A.; Quadros, J. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: <http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>

ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

Percebam que existem aspectos semelhantes em ambas as sistematizações de Vargas e Little. Estes trabalham elementos relacionados com o acesso aos recursos naturais, às relações que se estabelecem entre sociedades e o meio ambiente e aspectos territoriais e territorialidades. Contudo, Zhouiri & Laschefski (2010) descrevem três diferentes categorias de conflitos socioambientais: os distributivos, que manifestadamente, indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais; os espaciais causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; e os territoriais, que marcam situações em que existe a sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais sobre o mesmo recorte espacial.

Uma vez que são identificadas características básicas para distintas categorias de conflitos, precisamos nos atentar para o que Vargas (2007) vai chamar de formas de abordagem, ou percepção: uma objetivista, que entende os conflitos como produto de situações estruturais da sociedade; e outra subjetivista, que associa os conflitos a um produto da percepção das partes envolvidas no mesmo. Para a autora, abordagens que trabalhem a partir de uma destas perspectivas geram uma dicotomia entre as condições estruturais dos conflitos, isto por, desconsiderarem o fato de que as duas situações fazem parte da dinâmica dos conflitos. Sendo assim para compreender de forma clara as origens e razões de uma situação de conflito faz-se necessário um esforço no sentido de neutralizar essa dicotomia.

Outro esforço que tem sido feito é o de se estabelecer uma base teórica para os tipos de manejo dos conflitos. Vargas (2007) apresenta três tipos de manejo de acordo com as estratégias que se utiliza para lidar com eles: a “Gestão de Conflitos” que entende o conflito como produto de diferentes percepções, valores e interesses. Subvencionada por uma visão realista do comportamento dos atores a partir da teoria de jogos. Esta visão não considera a erradicação do conflito como ponto culminante do processo e o conflito deve ser manejado até que se atinja um resultado satisfatório para as partes envolvidas; a “Resolução de Conflitos”

entendida como resultado de necessidades humanas insatisfeitas. Consideram-se as causas subjacentes do conflito, isto é, o seu contexto social, político, econômico ou cultural e as situações de desigualdade de poder dominação e/ou dependência que o alimentam. Baseado nas necessidades que, em sentido estrito não são negociáveis, busca lidar com elas de forma sinérgica. A mediação de terceiros é utilizada para que os atores procurem as soluções ou as formas de criação de entornos necessários para a resolução do conflito; e a “Transformação de Conflitos”, que é aquela que considera não apenas as condições que criam um entorno de conflito e as mudanças estruturais requeridas para sua resolução, mas também a promoção de condições para a criação de relações cooperativas. Esta visão entende que os conflitos precisam de mais do que a identificação de situações de ganho para as partes ou da resolução das suas necessidades imediatas. A transformação do conflito é um processo de engajamento com e de transformação das relações, interesses, discursos, instituições, etc., que patrocina a existência dos conflitos.

Pensando neste contexto, dos conflitos socioambientais, suas tipologias e formas de manejo, Santilli (2014) vislumbra três situações distintas em relação as UC e os direitos de populações tradicionais e povos indígenas:

“I. Há comunidades que vivem em UC de proteção integral; II. Há comunidades que vivem fora dos limites de UC, mas utilizam tradicionalmente os recursos naturais existentes nas UC para sua sobrevivência física e cultural; III. Há comunidades que vivem em UC de uso sustentável, como reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável”.

Assim, para Santilli (2014) os dois primeiros casos, que poderíamos aqui facilmente relacionar a conflitos territoriais, e distributivos, são os que têm gerado mais controvérsias e dúvidas jurídicas, principalmente em face do grande número de sobreposições entre UC de proteção integral e Territórios de populações tradicionais e povos indígenas.

O que temos neste sentido é a seguinte situação:

À medida em que as UCs brasileiras foram sendo implantadas, a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em uma situação social de confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem

implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA *et al*, 2001).

Corroborando com isto, Pereira (2014) diz que a história das UC brasileiras tem se mostrado centralizada em seus processos de criação, como também posteriormente, quando das decisões sobre suas gestões. Assim temos disputas em espaços abstratos e concretos, uma vez que, decisões tem limitado a participação pública ampla e continuam a limita-la também na regulação do uso e ocupação do solo.

Portanto um contexto convidativo as dinâmicas de conflitos socioambientais.

Se pensássemos agora sobre o que temos visto, em discursos e até ações voltadas ao dito desenvolvimento em diferentes contextos? Sem dúvida a resposta seria em grande parcela das situações, o pensamento economicista dominante, que considera o desperdício de matéria e energia o núcleo central das problemáticas ambientais. Isto por sua vez faz com que os esforços sejam direcionados de forma que problemas como regularização fundiária das UC, elaboração de planos de manejo, contratação de um quadro mínimo de profissionais com formação específica, entre tantos outros sejam ignorados no contexto das AP.

O que temos são empresas e governos adotando posturas de defesa às ações de “modernização ecológica” (ACSELRAD, 2002). Como se o mercado fosse capaz de resolver a degradação ambiental, contudo, o que se observa neste processo é o surgimento e a intensificação dos conflitos socioambientais.

Agora passamos a expor como o estabelecimento de áreas naturais protegidas, em especial as unidades de conservação (UC) de proteção integral, trazem elementos e características responsáveis pelo surgimento e intensificação dos conflitos socioambientais entre populações e UC.

3.2 HOMEM E NATUREZA

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares

através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (GONÇALVES, 2011, p.23).

Ao observar as abordagens e conceitos apresentados sobre natureza percebemos o que Vianna (2008) denomina de conceito fluído, ou seja, se diferentes sociedades e culturas criam conceitos distintos sobre a natureza, estes, vão ser determinados por perspectivas diferentes, sendo assim fruto e semente da cultura.

Desta forma podemos dizer que nossa percepção e maneira de interagir com o que denominamos “natureza” parte de percepções, ideias, enfim, de um conjunto de elementos construídos ao longo do tempo, durante a história da formação da sociedade em que vivemos atualmente. Todavia, este processo de construção e formação não converge em um único modelo de sociedade, muito menos, ocorreu de forma igual em diferentes grupos de populações.

Pensando em um exemplo de como, ao longo do tempo as sociedades foram se relacionando com a natureza de formas distintas, recorremos a reflexão de Diamond (2012), para ele há a existência de diferenças entre, o mundo moderno e seus problemas, e as sociedades do passado e seus problemas. Nos diferenciamos de sociedades do passado, na medida em que, alguns aspectos nos põem em menor risco do que elas: nossa poderosa tecnologia; a globalização; a medicina moderna; nosso maior conhecimento sobre sociedades do passado e de sociedades modernas distantes. Contudo, poderíamos dizer que estes mesmos aspectos também nos colocam em maior risco do que as sociedades do passado: os efeitos destrutivos não intencionais, “e porque não os intencionais”, de nossa potente tecnologia; a forma como os territórios antes tão distantes se afetam no processo de globalização; nossa dependência cada vez maior de medicamentos e da medicina o que nos leva a uma população mundial cada vez maior.

Para o autor, ao comparar o contexto e a história de duas fazendas, Huls e Gardar, a primeira, uma das mais tecnológicas e em funcionamento nos dias de hoje, localizada no vale de Bitterrot, no estado de Montana, oeste dos EUA e a segunda abandonada a mais de 500 anos na Groelândia, “até mesmo as sociedades mais ricas e tecnologicamente mais avançadas de hoje em dia enfrentam problemas ambientais e econômicos crescentes que não devem ser subestimados” (DIAMOND, 2012, p.17).

Queremos chegar a seguinte consideração:

O Manejo de recursos naturais de modo sustentado sempre foi difícil, desde que o *Homo sapiens* desenvolveu a inventividade, a eficiência e as habilidades de caçador há uns 50 mil anos. Desde a primeira colonização humana do continente australiano, há cerca de 46 mil anos, e a rápida extinção posterior da maioria dos antigos marsupiais gigantes e de outros animais de grande porte da Austrália, cada colonização humana de uma grande extensão de terra virgem – seja na Austrália, América do Norte, América do Sul, Madagascar, ilhas do Mediterrâneo, Havaí, Nova Zelândia e dezenas de outras ilhas do Pacífico – sempre foi seguida de uma onda de extinções de grandes animais que evoluíram sem temer os seres humanos e foram facilmente abatidos, ou que sucumbiram a mudanças de hábitat, introdução de espécies daninhas e doenças trazidas pelo homem (DIAMOND, 2012, p.25).

Junto a este processo de ocupação de novos territórios, extinção de espécies, descaracterização dos habitats, que concepções de natureza vão sendo construídas. Neste contexto Fernandez (2011) discute de forma clara a percepção que permeia e domina esta nossa sociedade ocidentalizada. Para ele “Esta percepção (do Poema Perfeito) esta profundamente arraigada no homem comum ocidental, para quem a destruição da natureza é em sua maior parte um fenômeno recente, obra exclusiva da sociedade industrial” (FERNANDEZ, 2011, p.27).

Como já vimos com Diamond a “destruição” da natureza não é tão recente, este processo é mais complexo do que a concepção arraigada de qual Fernandez fala. “Nós, como espécie, não temos a desculpa da ignorância para repetir os mesmos erros” (FERNANDEZ, 2011, p.47).

Mas o que define a natureza em nossa sociedade? Gonçalves (2011, p. 25) explica que o conceito dominante de natureza em nossa sociedade, se define por aquilo que se opõe à cultura. Cultura, tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza.

A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o *homem*, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado (GONÇALVES, 2011, p. 27).

Só para exemplificar o que Gonçalves critica, vamos aqui citar um trecho de Laraia (2005, p.24):

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, **dominou toda a natureza** e se transformou no mais temível de todos os predadores. Sem asas, dominou os ares, sem guelras ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por **ser o único que possui cultura**. (Grifos do autor).

Fica muito claro quais são os elementos criticados por Gonçalves e que grifamos na citação de Laraia.

Ao discutir os antecedentes históricos do conceito de Cultura Laraia (2005, p.28) discute a noção de que duas propriedades básicas teriam permitido afirmar que o homem é o único ser possuidor de cultura: a possibilidade da comunicação oral e a capacidade de fabricação de instrumentos.

Mas em que momento histórico se dá esta separação? Para Gonçalves (2011, p.28) a separação homem-natureza é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o mundo ocidental, que teria sua matriz filosófica arraigada na Grécia e Roma clássicas. O que temos então, é resultado da complexa história do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. Assim a ideia que vemos é de “uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, que cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo (GONÇALVES, 2011, p.35).

Entender estes aspectos torna-se importante não só para que possamos ter uma compreensão do passado e do presente em que estamos, mas também para que ações, políticas e novas práticas possam ser executadas, elaboradas e internalizadas.

Compreender conceitos de homem e natureza, e mais, as relações entre estes, não é tão simples como pode parecer a princípio. Mesmo partindo da noção de que se estabeleceu uma dicotomia entre eles, é fundamental ter em mente que não posicionamos a partir de um conjunto de experiências, e a partir disto incorporamos os conceitos.

Toda esta discussão inicial tem a finalidade de nos levar a um questionamento. Se a noção predominante é dicotômica, ou seja, homem e natureza estão separados, e o que faz isto é a cultura, de onde surge a noção de que nos homens, precisamos estabelecer formas mais harmônicas de relação com a

natureza. Tendo em mente que, como vimos, o *homem dominou toda natureza* mesmo com suas limitações. Qual a relação deste processo com a ideia de reservar áreas naturais para conservação?

3.3 AS BASES DE UMA IDEIA

Pode nos parecer natural pensar em conservação, o que nos leva a achar que esta seria uma ideia que sempre esteve presente, contudo, para Bensusan (2014) essa ideia seria possivelmente fruto do contínuo questionamento da humanidade acerca de suas relações com a Terra, que foi se desenvolvendo e se transformando desde a idade antiga, culminando no Ocidente, em relações de domínio e desprezo pela natureza e na confiança na tecnologia como solução para os problemas ambientais.

“Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis: papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídeas, e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável” (DEAN, 1996, p. 380).

Ao longo da história diferentes sociedades estabeleceram diferentes formas de relação com a natureza. Um dos primeiros passos do homem para a preocupação com a natureza foi o de proteger os animais de caça, o que não seria suficiente em comparação à depredação do homem ao longo dos tempos (ANDRADE, 2007, p16). Dourojeanni & Pádua (2007) apresentam em sua obra um breve resgate histórico de sociedades, em que as práticas de caça, pesca e corte de árvores eram proibidos em determinadas extensões territoriais, além da realização de inventários sobre as terras, florestas, áreas agricultáveis e reservas de caça, em 1804 na Inglaterra, com o objetivo de fazer o planejamento do uso destes espaços. Em “Senhores e Caçadores” E. P. Thompson (1997) discute sobre as reservas de caça da Floresta de Windsor e a constituição da lei negra, evidenciando a existência de conflitos ambientais, territoriais, espaciais e distributivos já nos anos de 1700.

Para Bensusan (2014) os modelos de desenvolvimento e de uso dos recursos naturais são, em certa medida, resultado de três reflexões:

- I. Seria a terra uma criação proposital, uma vez que seu ambiente é claramente apropriado para vida humana?
- II. As características da terra – seus climas, seu relevo, a configuração de seus continentes – teriam influenciado a natureza moral e social dos indivíduos e teriam moldado o caráter e a natureza da cultura humana?
- III. De que forma os seres humanos transformam a terra em comparação com sua hipotética condição prístina?

Estas questões levaram então a ideia de conservação de espaços determinados com o objetivo de preservação de uma “hipotética condição prístina”. Em paralelo, a ideia de manter estoques e reservas de recursos naturais e preservar sítios sagrados se desenvolveu. Mas a noção de conservar paisagens naturais em virtude dos processos de transformação provocados pelas ações do homem, em decorrência da constatação de que cada vez mais eram escassas áreas com características naturais preservadas, surge apenas durante a segunda metade do século XIX.

Neste momento o componente religioso torna-se elemento importante na constituição e compreensão do que seriam estas áreas. Bensusan (2014) lista um conjunto de autores que relacionam a origem da concepção das AP com os mitos judaico-cristãos do paraíso.

Urban (2011) reconhece que durante o período colonial no Brasil a conservação do patrimônio natural do país baseou-se muito mais em documentos legais, pouco aplicados, por meio de inúmeras cartas régias, regimentos e proibições de todo o tipo. A autora resgata muito bem ainda em sua obra⁶ o papel importante de notáveis como José Bonifácio de Andrada e Silva e posteriormente André Rebouças, este responsável pela importante publicação em 1876 do artigo denominado “Parque Nacional”.

⁶ Para um aprofundamento maior consultar a obra: URBAN, T. **Saudades do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil – Curitiba: Ed. da UFPR. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur. 2011.

No Brasil o primeiro parque nacional⁷ só seria criado em 1937, 65 anos após a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional dos “tempos modernos” (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2007).

Ao longo do tempo o Brasil continuou criando um conjunto de instrumentos legais destinados a criação, implementação e gestão das UC, em muitos momentos com certa confusão de categorias, objetivos.

Para Dourojeanni & Pádua (2007):

Parte considerável dos problemas de percepção do público sobre as UC no mundo, particularmente na América Latina, é produzido pela ignorância do que elas são e para que servem, e em especial pela intrincada mescla de categorias que pretende englobar as múltiplas respostas a essas perguntas.

Foi na década de 70 que iniciaram-se os trabalhos para o primeiro planejamento do SNUC para o Brasil⁸, pelo então Instituto Brasileiro de Florestas (IBDF) com apoio da ONG Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. O processo não foi rápido, e a proposta tramitou por uma longa e demorada discussão tanto no executivo, como por aprovação em minuta por análise do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e no legislativo, que realizou diversas consultas públicas (PÁDUA, 2011). Este processo deu origem ao atual SNUC, Lei Nº 9.985/2000 que posteriormente em 2002 foi regulamentada pelo decreto Nº 4.340/2002.

Segundo Medeiros (2005) o SNUC incorporou os seguintes instrumentos existentes até então: Lei de proteção aos animais (Lei Nº 5.197/1967); Lei de criação das Estações Ecológicas e APAs (Lei Nº 6.902/1981); Decreto de criação das RESECs e ARIEs (Dec. Nº 89.336/1994); Lei de criação das RPPNs (Lei Nº 1.992/1996); Parte do novo Código florestal (Lei Nº 4.771/1965). Outro aspecto importante da lei é a divisão das UC em tipologias, as de Proteção Integral com as categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento

⁷ “Por definição os parques nacionais do Brasil são equivalentes aos que existem na maior parte dos países do mundo, sendo a categoria mais antiga e uma das categorias mais bem definidas e mais precisas (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2007).

⁸ Para mais informações sobre a evolução dos principais instrumentos de criação das Áreas Protegidas no Brasil consultar: MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, 9(1): 41-64, 2005

Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. E as de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Assim como Dourojeanni & Pádua, Medeiros (2005) corrobora com a noção de que: “Se, por um lado, ele (SNUC) tem o mérito de racionalizar e otimizar em parte esta questão, ele também aprofundou a divisão existente entre as diferentes tipologias de áreas protegidas que ficam excluídas de seu texto”.

Mas o autor aponta também aspectos positivos, como a capacidade de reconhecer que as ações só teriam maior efetividade se estas fossem organizadas de forma sistemática e integrada.

Neste contexto de dinâmica Bensusan (2014) constata que “as motivações para criação de áreas protegidas refletem as transformações sobre as percepções de natureza e de biodiversidade ao longo do tempo. Assim o termo Biodiversidade seria central, “se antes os espaços de conservação almejavam proteger paisagens ou espécies, depois da consolidação do conceito de biodiversidade, todos apontam, como seu maior objetivo, conservar a biodiversidade”.

3.4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Antes de se esboçar qualquer esforço de compreensão sobre as áreas naturais protegidas e as UC no Brasil, é necessário que se tenha claro como a “Crise Socioambiental” torna-se importante pauta nas agendas mundiais e locais, dando origem assim, às políticas públicas ambientais.

Os fatores geradores de uma crise socioambiental global, responsáveis por inibir e interferir de forma acentuada no funcionamento de sistemas ecológicos sustentadores da vida sobre a terra estão em muitos casos associados à degradação generalizada dos solos, das águas, do ar, entre outros. A crise pode ser classificada como: global, uma vez que atinge a biosfera como um todo; acelerada e crescente, assumindo proporções globais com a revolução industrial e acelerando no pós-guerra; irreversível, na medida em que esgota a capacidade de carga ou suporte de inúmeros ecossistemas; ameaçadora, sendo cada vez mais capaz de

destruição; reforçadora de desigualdades sociais e entre nações; e causadora de impactos socioculturais de grandes proporções, atingindo com maior intensidade camadas sociais mais fragilizadas e periféricas (NUPAUB).

As diferentes sociedades estabelecem suas diferentes formas de relação com a natureza. Silva (1996) discute que um dos primeiros passos do homem para a preocupação com a natureza foi o de proteger os animais de caça, o que não seria suficiente em comparação à depredação do homem ao longo dos tempos. Já Dourojeanni & Pádua (2007) resgatam um histórico de sociedades, em que as práticas de caça, pesca e corte de árvores eram proibidos em determinadas extensões territoriais, corroborando com a ideia apresentada por Silva, além disso segundo os autores, haviam ainda inventários sobre as terras, florestas, áreas agricultáveis e reservas de caça na Inglaterra em 1804, estes tinham o objetivo de fazer o planejamento do uso dos espaços.

Este processo de proibições e reservas de espaços, ainda que com objetivos de conservação como conhecemos hoje, já eram acompanhados de um conjunto de conflitos. Poderíamos aqui exemplificar isto com o caso das reservas de caça da floresta de Windsor e da constituição da lei negra (THOMPSON, 1997), que nos permite observar a existência de conflitos ambientais já nos anos de 1700.

Buscando nos aproximar mais de nossa realidade, sobre a ocupação colonial do bioma que caracteriza a porção leste do continente sul-americano, Dean (1996) constata que:

Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis: papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídeas, e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável (DEAN, 1996, p. 380).

Dentro desse contexto de exaustão de recursos naturais e de conflitos socioambientais surge a noção de AP, evidentemente outros fatores influenciaram no surgimento desta noção, contudo estes elementos já nos servem de base para começar a entender o que estes espaços representam.

Para Medeiros (2006) as AP são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou

culturais a elas associados. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma AP é definida como “uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos seus recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes” (LEA *et al*, 2006, p.7). Nesses dois conceitos é importante destacar a referência feita à conservação/preservação ou proteção/manutenção dos recursos culturais associados. Isto demonstra como cada vez mais a noção de proteção a biodiversidade tem incorporado a ideia de proteção a elementos de uma dimensão cultural.

No Brasil, as chamadas AP no contexto internacional, recebem o nome de UC. O termo cunhado por Maria Tereza Jorge Pádua e utilizado para se referir a cada área que compõe o SNUC, instituído pela lei federal Nº 9.985, de julho de 2000

Para Dourojeanni & Pádua (2007, p. 56):

Como o próprio nome indica, uma UC é uma área dedicada a conservar a natureza. A expressão equivalente, área protegida reflete com a mesma força e clareza que seu objetivo é a proteção da natureza. Nem mais, nem menos. Mas com o decorrer do tempo, com a aparição dos conceitos de ecodesenvolvimento, e sobretudo, o de desenvolvimento sustentável, as definições do termo mudaram muito e foram ampliadas para incluir áreas onde a exploração dos recursos naturais é cada vez mais intensa e a presença humana é a razão de sua existência.

Corroborando com esta noção Milano (2002) concluí que:

As UC existem para proteger a natureza, na sua maior amplitude possível, da sistemática agressão humana, seja esta decorrente de processos arcaicos ou tradicionais; ainda que para benefício da própria humanidade. Também, as UC não foram pensadas e nem foram criadas para promover o desenvolvimento, ainda que, como consequência de sua existência com bom manejo, possam propiciá-lo. E isto não pode ser esquecido, porque é a essência e os motivos da sua existência.

Contudo Diegues (2004, p. 9) vai construir noções opostas as trabalhadas por Dourojeanni & Pádua e Milano. O autor faz críticas às AP brasileiras, em particular as de proteção integral, indicando uma possível crise, uma vez que, estas sofrem com processos de invasão e degradação. Esta crise estaria ainda associada à falta de dinheiro para desapropriação, a falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, entre outros fatores. Para Diegues:

O fato das legislações considerarem ilegal a existência de moradores no interior de UC de proteção integral, por si só, é fator de conflitos entre outras populações e as áreas protegidas. [...] Existem ainda habitantes que residem em áreas contíguas às UC, as chamadas áreas de entorno, e que se utilizam de seus recursos naturais, de maneira regular ou não. Há ainda o caso das populações que vêm das cidades próximas, ou mesmo afastadas, mas que fazem uso da UC (espaço, recursos naturais, turismo), que também provocam impacto nas Unidades, gerando conflitos.

Mais importante aqui que indicar uma linha de pensamento, ou corrente teórica consensual, é observar que apesar de termos autores trabalhando com visões opostas, ambos, reconhecem que as UC enfrentam dificuldades e que tornar efetiva a implementação destas é um desafio. E é a partir deste reconhecimento que acreditamos ser possível a construção de alternativas viáveis para implementação das UC.

Quando Diegues tece críticas as UC, ele as faz tendo como base as populações tradicionais, entretanto Adams (2000, p. 154), salienta a importância da compreensão das temporalidades que influenciam a cultura das populações. Tratando especificamente da população caiçara, por muitas vezes objeto de estudo de Diegues, Adams conclui que “não se discute a origem das populações caiçaras sob uma perspectiva histórica, diacrônica, o que leva a desconsideração de que os caiçaras, pescadores artesanais e embarcados surgiram a partir dos lavradores pescadores, e somente após as mudanças ocorridas entre as décadas de 1930-50”. Ela ainda destaca: “...um dos fatores que preocupam é a afirmação de certos aspectos, a partir de análises sem contextualizações temporais e sincrônicas, que acabam por desconsiderar os processos de transformações culturais pelos quais as populações passam”. Exemplificando, Sanches (1997) diz não ser possível afirmar que o manejo tradicional caiçara garanta a diversidade ecológica com base nos estudos até hoje realizados.

De fato, apenas parte-se do pressuposto não testado nem comprovado de que sim, fundamentalmente quando o modo de ser e fazer do caiçara é grosseiramente contraposto a avassaladora destruição causada pelos grandes empreendimentos do agronegócio, da indústria ou da infraestrutura de transporte.

Assim o argumento de que as UC ou AP não deveriam ser criadas por causa da existência de populações se torna questionável.

Cabe ressaltar a discussão que Brito (2000, p.15) apresenta em seu trabalho: cada país em decorrência de suas especificidades políticas, econômicas, culturais, e de recursos naturais que possui, tem formas diferenciadas de entender quais devem ser os objetivos de conservação da natureza. Concordando e ampliando essa visão, em um único país de dimensões continentais como Brasil, onde estão representados sete biomas (Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Floresta Atlântica e Campos Sulinos) e toda a vida que eles abrigam, incluindo-se aí as vidas humanas com seus traços culturais, sociais, econômicos e políticos, variáveis nas escalas temporal e espacial, estabelecer prioridades e objetivos de conservação da natureza comuns aos diferentes atores sociais parece ser uma meta intangível.

Assim, a própria variação que observamos de conceitos, objetivos, noções e práticas gera um quadro de diferentes relações sociais, o que por sua vez se configura como um quadro geral de conflitos socioambientais no contexto da conservação da natureza (e das UC) no Brasil e no Mundo.

Repare que usamos aqui autores que em muitas situações se opõem quanto as UC, contudo o fazemos mesmo correndo o risco de sermos criticados entendendo que as discussões sobre as UC tem sido em muitos dos casos polarizadas, gerando esta oposição entre os pesquisadores, oposição em que na maioria das situações não gera nenhuma construção, apenas distração. O que queremos é evidenciar a existência de um caminho a ser percorrido na interface destes discursos, muito mais rico por sinal, porque reconhece elementos comuns nas diferentes posições e de certa forma potencializa a construção de um novo conhecimento sobre a conservação.

3.4.1 Panorama geral: das metas a efetividade

Em 2011 a UICN em conjunto com a WWF – Brasil e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) divulgou uma publicação que avaliava a situação atual do país com relação as metas de ACHI. O primeiro aspecto importante desta publicação é a constatação de que ao contrário do que previam as metas para 2002 – 2010 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o que aconteceu foi que:

- As espécies antes apontadas com risco de extinção estão, em geral, mais próximas da extinção;
- A abundância de espécies de vertebrados, com base nas populações avaliadas, caiu quase um terço, Entre 1970 e 2006, e continua caindo, especialmente nas regiões neotropicais;
- Áreas de habitat naturais continuam a diminuir em extensão e integridade, apesar de alguns sucessos em diminuir o ritmo da destruição;
- A agrobiodiversidade continua sendo perdida;
- As cinco principais pressões que causam diretamente a perda de biodiversidade continuam no mesmo nível ou estão ficando piores;
- E a pegada ecológica da humanidade excede a capacidade biológica da Terra e tem aumentado desde que a meta de biodiversidade para 2010 foi traçada.

Compreender que metas tem sido estabelecidas é importante para que possamos nos situar em um contexto mais atual, desta forma entendemos mais claramente porque determinados planos e ações são priorizados ou não. Apesar deste aparente fracasso inicial com as metas estabelecidas pela CDB:

O Brasil teve um papel importante na definição das Metas de Aichi, ambiciosas, mas com uma preocupação com sua factibilidade. Agora, é importante que, ao se discutir e planejar novas metas nacionais para 2020, a experiência frustrada das metas de 2010 seja avaliada e metas realistas sejam propostas, inclusive com submetas para datas intermediárias e avaliações ao longo do caminho (WEIGAND *et al*, 2011).

As metas de AICHI se constituem como 20 proposições, todas voltadas a redução da perda da biodiversidade em âmbito mundial. Surgiram durante o processo de elaboração do novo Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e:

[...]estão organizadas em cinco grandes objetivos estratégicos: tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que as preocupações com a biodiversidade permeiem governo e sociedade; reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável; melhorar a situação da biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética; aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços

ecossistêmicos para todos; e aumentar a implantação, por meio de planejamento participativo, da gestão de conhecimento e capacitação (MMA, 2016).

Chegamos então ao ponto que gostaríamos, a meta 11, “expandir e implementar sistemas de áreas protegidas” que diz que:

Até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas (WEIGAND *et al*, 2011).

Não seria esta meta ambiciosa de mais? Será que podemos dizer que em 79 anos desde a criação do primeiro Parque Nacional do Brasil, Itatiaia, conseguimos chegar próximo e ter “sistemas de áreas protegidas, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação”? e agora, se não alcançamos isto neste período de tempo nos propomos a alcançar em nove anos.

Weigand *et al* (2011) apresenta alguns dados interessantes sobre a criação das UC federais e estaduais, (FIGURA 3).

Percebemos claramente no primeiro gráfico um aumento significativo na criação de UC ao longo do tempo, contudo vemos variações no total da extensão territorial efetivamente protegida de alguma forma. A questão é que apesar de termos uma cobertura nacional de UC relativamente abrangente, existem ainda, grandes desequilíbrios nessa proteção (WEIGAND *et al*, 2011). Ou seja existem áreas de grande extensão territorial protegidas na Amazônia enquanto em outros biomas esta extensão se torna bastante reduzida, (FIGURA 4).

Outra questão que nos leva a questionar ainda mais a factibilidade da meta é a afirmação de que, de forma geral, as UCs do Brasil ainda não são geridas de forma sistêmica, e são tratadas como unidades administrativas isoladas, sem integração com a paisagem ou com outras formas de APs (WEIGAND *et al*, 2011).

As metas são importantes porque nos dão uma noção da intenção de direção que se quer seguir, contudo percebemos de forma bem evidente, que os

desafios são grandes neste contexto que temos, sem considerar aqui uma dimensão política de análise.

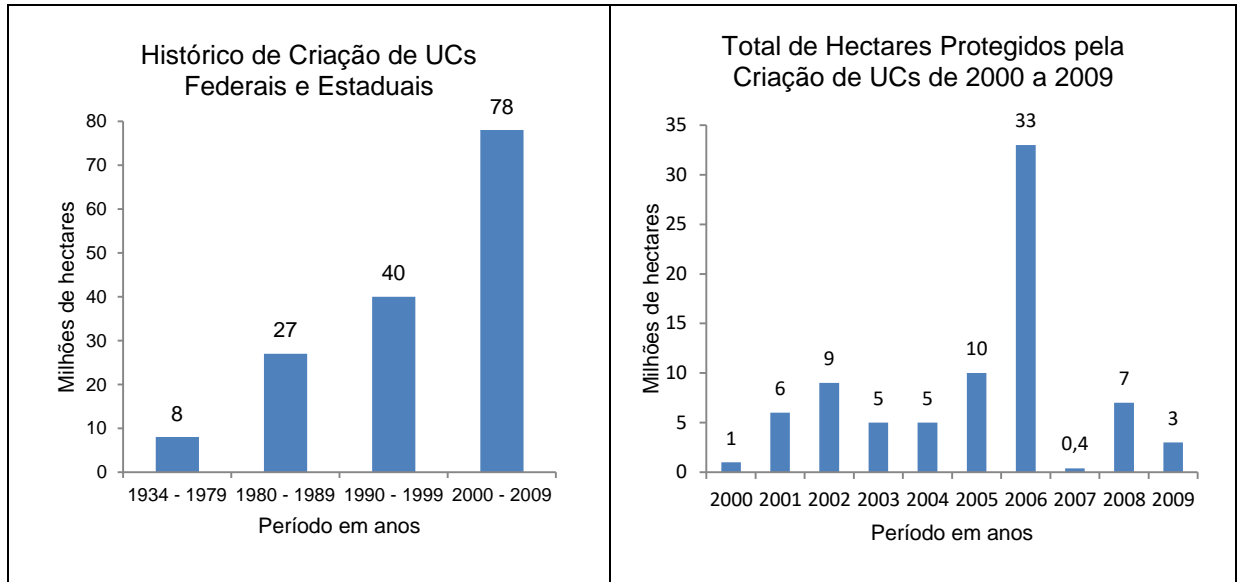


FIGURA 3: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE UCS FEDERAIS E ESTADUAIS EM MILHÕES DE HECTARES. FONTE: (WEIGAND *ET AL*, 2011).

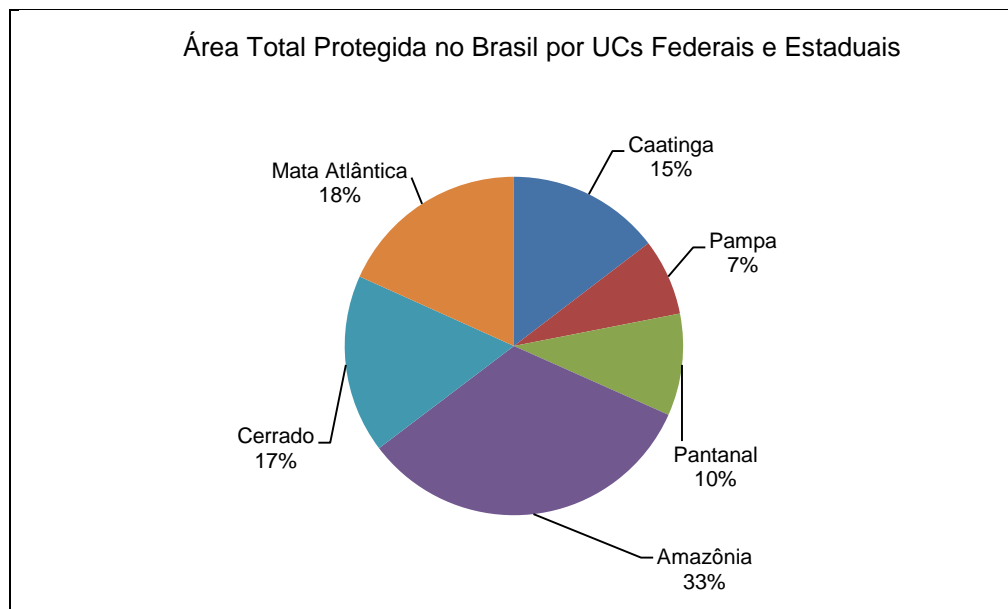


FIGURA 4: COBERTURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PROTEGIDA POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. FONTE: (WEIGAND *ET AL*, 2011).

Mas como estão estes números de UC para o litoral paranaense?

O litoral do Paraná possui atualmente 32 Unidades de Conservação distribuídas em diversas categorias de manejo. Juntas, estas áreas permitem a proteção de 930.262,89 hectares da Mata Atlântica Costeira (TIEPOLO, QUADROS, 2015, p. 297).

Outro aspecto importante são as considerações feitas sobre a efetividade da proteção que este total de hectares tem para preservação dos ecossistemas nesta região. Assim como existe um grande desequilíbrio na distribuição das UC nos biomas brasileiros, existe também, um desequilíbrio na distribuição de áreas de proteção integral e de uso sustentável. Para Tiepolo e Quadros (2015) quando consideramos que os dois grandes agrupamentos de unidades de conservação, Proteção Integral e Uso Sustentável, permitem diferentes abordagens de conservação, não é mais possível utilizar-se de distorções para considerar que todo o litoral do Paraná é protegido. O que temos efetivamente protegido por UC de proteção integral são 176.662,37 hectares, em contra partida, protegidos por UC de uso sustentável estão 498.438,94 hectares de terras no litoral.

Assim o que observamos são contextos desafiadores, por um lado metas ambiciosas e importantes, por outro desequilíbrios e disparidades. Não há como negar que os territórios estão configurados com a existência das áreas protegidas, os números nos mostram, contudo como estes estão ou podem estar articulados com estratégias de desenvolvimento territorial sustentável aliados a conservação.

3.5 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Assim como o conceito de conflito a noção de território é trabalhada em diversas áreas da ciência como na Geografia, na Antropologia e Ciência Política. Estas distintas noções são levantadas e agrupadas por Haesbaert (2007) dentro de referenciais teóricos que levam em consideração: o binômio materialismo e idealismo, com visões mais parciais ou holísticas em relação à sociedade-natureza e as dimensões sociais privilegiadas (economia, política e/ou cultural); e a historicidade do conceito, em dois sentidos, sua abrangência histórica e seu caráter mais absoluto ou relacional.

Este levantamento acaba evidenciando o quão amplo o conceito é, e como pode ser trabalhado e constituído a partir de diversos enfoques, relações de poder, ou de dimensões mais simbólicas, das relações sociais e até mesmo sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal. Nesta perspectiva a noção de território trabalhada por Santos (2007) se apresenta aberta a abordagens de múltiplos enfoques:

O Território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Neste sentido, trata-se de um conceito amplo, em que território está relacionado de forma indissociável à reprodução dos grupos sociais, sendo a territorialidade inerente à condição humana. Torna-se evidente a necessidade de uma abordagem híbrida entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade (Haesbaert, 2007).

Cabe aqui ainda trazer o conceito de territorialidade apresentado por Little (2002) definido como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*.

Para Vargas (2004) uma perspectiva espacial torna-se tão necessária quanto uma perspectiva temporal para compreensão mais aguçada dos objetos de estudo. O conceito de espaço opera na reprodução social, só que cada formação social constrói concepções subjetivas do mesmo, dependendo de suas necessidades, propósitos materiais e de reprodução social, e organiza as práticas materiais segundo essa concepção, (HARVEY, 1992, p. 189). A partir deste contexto Vargas (2004) considera que:

O território, por sua vez, é espaço delimitado, apropriado, isto é, dotado de uma humanização que o diferencia e define. É “bounded space”. Permite a concretização e materialização das relações sociais que, mediante ele, são cobertas de especificidade. Se a espacialidade é o processo genérico de produção do espaço, a territorialidade é sua concreção em lugares específicos.

Para a autora quando pensamos as relações sociais é preciso identificar que estas não determinam apenas as relações entre diferentes grupos e indivíduos, mas as relações que estes estabelecem com a natureza.

Neste sentido o processo de territorialização do ambiente pode ser uma das principais formas de se compreender mais detalhadamente fenômenos ambientais, assim como a globalização destes pode levar a invisibilidade de modelos culturalmente específicos de relação com a natureza e de construção de ecossistemas.

Uma abordagem territorializada necessariamente leva em consideração as práticas sociais e as formas de relação com a natureza que permitem a expressão do problema particular. Implica, portanto, num aprofundamento da forma como a sociedade define o acesso e uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais, de como estabelece os mecanismos de regulação que intervêm nesses processos e como qualifica culturalmente as consequências dessas ações, tanto para a si mesma quanto para a natureza (VARGAS, 2004, p. 11).

Sendo assim o território se torna um dos aspectos indispensáveis no processo de análise de fenômenos ambientais.

Quando nos debruçamos sobre uma perspectiva temporal das questões ligadas as relações sociais, tendo como referencial a noção apresentada pela Vargas, percebemos a influência das estratégias de desenvolvimento nas dinâmicas territoriais.

As estratégias de modernização dos países do chamado Terceiro Mundo [...] visavam estruturações e reestruturações de instituições sociais, assim como investimentos em infraestrutura de transporte, de energia e de indústrias de base como polos de desenvolvimento para aceleração do crescimento econômico (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p.11).

O que se esperava, e o que muitos autores da economia clássica argumentam, é que o crescimento econômico pudesse levar a inclusão social através da geração de renda e de emprego capaz de promover um estado de “bem estar” social, mas o que se percebe é que cada vez mais temos o agravamento de injustiças ambientais.

Acseirad (2008, p. 111) faz uma análise da espacialidade do desenvolvimento Brasileiro, e neste sentido conclui que, a abertura dos mercados, a partir dos anos 1990, permitiu aos capitais atuarem como agentes políticos, buscando alterar, por sua força e influência, políticas ambientais, urbanas e também trabalhistas” através do mecanismo denominado por ele de “chantagem de localização”. Como consequência dessa chantagem de localização temos dois resultados: normas sociais e ambientais cedendo a pressões empresariais; e movimentos sociais perdendo parte de sua base de apoio. Estes resultados por sua vez, acabam levando a um quadro de conflito social.

O desenvolvimento a partir da perspectiva de Sen (2000) é apresentado como processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam, neste sentido, oposto a ideia de Crescimento – visão restrita de desenvolvimento, associada ao Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social. O aumento das liberdades depende de outros fatores além do crescimento como as disposições sociais e econômicas, e dos direitos civis.

O foco principal nesta noção de desenvolvimento está nas liberdades e não em meios específicos ou instrumentos. Existem duas razões para isto: avaliatória e de eficácia. A primeira noção permite, a partir da verificação do aumento das liberdades das pessoas, identificar se houve progresso. A segunda está vinculada a dependência da livre condição de agente das pessoas. Esta livre condição de agente acaba por não ser apenas constitutiva do desenvolvimento social, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres.

É pressuposto do desenvolvimento o fim da pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. É preciso promover a liberdade de acesso à alimentação e a nutrição satisfatória, o acesso à saúde e ao saneamento básico (SEN, 2000, p. 18).

Entre os fatores que privam o acesso a liberdades substantivas, como a liberdade de saciar a fome, de acesso à saúde e ao saneamento básico, está a pobreza econômica, e em outros casos, está vinculada à carência de serviços

públicos e assistência social. Em algumas situações a negação das liberdades políticas e civis configuram violações de liberdades em regimes autoritários.

No Brasil não houve correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento (FURTADO, 2004, p.1). O que temos segundo o autor nos anos de 1950-1960, durante um processo de industrialização intenso, são salários reais da massa que não refletiam o crescimento econômico, com elevada taxa de pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal, a chamada taxa de subemprego invisível. Pior seria a situação da população rural que pouco ou nada se beneficiou deste crescimento.

A não correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento, relatada por Furtado, reflete aspectos das noções de desenvolvimento e crescimento apresentadas por Amartya Sen, quando este fala em carência de oportunidades econômicas e pobreza econômica, que podem ser por vezes associados a mecanismos de mercado excludentes, exploradores e concentradores de renda.

O desenvolvimento, mais complexo, está caracterizado pelo seu projeto social subjacente (FURTADO, 2004, p.2). Projeto social este que podemos entender como planejamentos e ações que viabilizem a garantia de algo mais do que recursos financeiros, que viabilize o direito de desfrutar das liberdades plenas as quais Sen se refere. Não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, ele deve estimular formas sociais capazes de responder aos interesses coletivos. Para Furtado (2004) a priorização efetiva da melhoria das condições de vida das populações, transforma crescimento em desenvolvimento. Ponto de vista semelhante ao que vai considerar a livre condição de agente constitutiva do desenvolvimento social, e base para o fortalecimento de outros tipos de condições de agentes livres (SEN, 2001).

3.6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil**. In: A. C. de Miranda; Barcellos, J. C. Moreira, M. Monken (orgs.) Território, Ambiente e Saúde, p. 101-116. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ed. UFPR. N.5. p. 49-60. Jan/jun. 2002.

ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem**: a necessidade de uma nova abordagem disciplinar. Revista de Antropologia, vol 43(1): 145-182, 2002.

ANDRADE, J. T. de. **Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Brasil – Interpretando a APA Petrópolis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2007.

BENSUSAN, N. **Diversidade e Unidade: Um Dilema Constante**. In: A Diversidade Cabe na Unidade?: áreas protegidas no Brasil / Organização Nuriti Bensusan, Ana Paula Prates – Brasília: IEB, 2014.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a historia e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, J.; M.; **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2012.

DIEGUES, A. C. & VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAU/CEC, 2004.

DOUROJEANNI, M. J. PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba. Ed. UFPR, 2007.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Revista de economia política. Vol. 24, 4 (96). Outubro – Dezembro, 2004.

FERNANDEZ, F. **O Poema Imperfeito**: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis. Curitiba: Editora UFPR: Fundação O Boticário, 2000.

FERREIRA, L. C.; SIVIERO, S. O.; CAMPOS, S. V.; SILVEIRA, P. C. B.; OLIVEIRA, V. G.; MENDES, A. B. V.; PINTO, A. O. **Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil**: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul de SP. Ideias, v.8, p. 115-150. 2001.

GONÇALVES, C.; W.; P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2011.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, c1992

LARAIA, R.; B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

LEA M. S. et al. (2006). **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

LITTLE, P. E. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, ano 12(25): 85-103, 2006.

_____. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

_____. **Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política**. In: *A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Org. Marcel Bursztyn. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107 a 122.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, 9(1): 41-64, 2005.

MILANO, M.; TAKAHASHI L.; e Nunes M. (orgs) **A Ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais**. In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. 2ed. Brasília: 2007.

NUPAUB. **O papel das ciências sócias na análise das questões ambientais e a Globalização**. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/global2.pdf> Acessado em: 18 de agosto de 2014.

PEREIRA, D.; B. **Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação**. In: *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Org. Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: Litoral Sul São Paulo**. Rosely Alvim Sanches. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SANTILLI, J. **Áreas Protegidas e Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais**. In: *A Diversidade Cabe na Unidade?: áreas protegidas no Brasil* / Organização Nuriti Bensusan, Ana Paula Prates – Brasília: IEB, 2014.

SANTOS, M. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.

SEM, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das letras, 2000.

SILVA, L. L. da. **Ecologia : manejo de areas silvestres**. Santa Maria (RS): UFSM. Centro de Pesquisa Florestal, 1996.

TIEPOLO, L.; M. QUADROS, J. **Conservação da Natureza e Conflitos Ambientais**: uma análise das áreas protegidas do litoral do Paraná. In: Diálogos Interdisciplinares em Desenvolvimento Territorial Sustentável: Políticas, Ecologias e Saberes. V. I, p. 296-301, Matinhos, PR. 2015.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

URBAN, T. **Saudade do Matão**: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR; FBPN; Fundação MacArthur, 1998.

VARGAS, G. M. **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais**: proposta de um marco teórico e metodológico. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

_____. **Território e Natureza**. In: Anais do II Encontro da ANPPAS; 2004. Indaiatuba, SP, Brasil. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#1

VIANNA, L.; P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annabulme, 2008.

ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

WEIGAND, R. J.; SILVA, D. C.; SILVA, D. O. **Metas de AICHI**: situação atual no Brasil. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasil, IPÊ, 2011.

4 POPULAÇÕES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ELEMENTOS PARA PENSAR AS RELAÇÕES A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Academicamente a política pública surge como área de estudo nos Estados Unidos com o objetivo de entender as ações do governo, rompendo assim, com a lógica da ênfase nas teorias explicativas do Estado e do governo comuns na Europa. O pressuposto científico adotado para consolidação dos estudos sobre políticas públicas passa a ser o de que em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é: passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. O que temos é o estudo de como o governo atua efetivamente (SOUZA, 2012, p.66-67).

Não há uma única, ou melhor definição de política pública, para Souza (2012):

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produziram resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2012, p. 69).

Souza traz ainda um levantamento de definições dadas por diversos outros pesquisadores, sendo para estes a política pública: um campo dentro do estudo da política que analisa o governo a luz de grandes questões públicas (MEAD, 1995); um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN, 1980); a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986); o que o governo escolhe fazer ou não fazer (DYE, 1984); as decisões e análises sobre a política pública implicam em responder às seguintes questões, quem ganha o quê, porquê e que diferença faz (LASWELL, 1936); e por fim a definição mais clássica que seria a de Lowi (1964;1972) *apud* Rezende (2004, p.13) política pública é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de

influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através de sanções positivas ou negativas.

Chama a atenção como Souza (2012) e os autores mencionados por ele conferem importância ao ator governamental na decisão sobre políticas públicas. Por outro lado, Toro e Werneck (2004) embora reconheçam o papel decisivo de Estado, valorizam a participação social:

Participar politicamente significa fundamentalmente, tomar parte das políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado; em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração (TORO E WERNECK, 2004).

Portanto, nessa perspectiva, as políticas públicas são produto tanto da atuação governamental, em especial dos legisladores, quanto da participação social.

Considerado o ciclo das políticas públicas, composto por cinco fases, sendo elas: percepção/definição do problema; agenda-setting; elaboração de programa/decisão; implementação; e avaliação/correção de ação e terminação, podemos dizer que, a percepção/definição do problema pode emanar dos anseios da sociedade mobilizada e participativa (OLIVEIRA, 2013, p.32). Assim, a sociedade empoderada é o melhor fiscal da implementação e da avaliação da eficiência das políticas públicas.

Compreender a concepção de participação social presente no SNUC, uma das principais políticas públicas para conservação da natureza no Brasil, é fundamental para análise deste processo de empoderamento da sociedade e das relações estabelecidas a partir do SNUC em nossa sociedade.

4.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A partir da promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, vários autores têm realizado pesquisas no campo da participação social, buscando compreender como se dá a aplicação dos instrumentos previstos nas legislações e analisando exemplos específicos em diversas regiões do País (p. ex. AVRITZER, 2007; GOHN, 2007; HOROCHOVSKI e CLEMENTE, 2012; JACOBI, 2003).

Historicamente o tema da participação popular no Brasil costuma ser identificado como um debate contemporâneo, que começou essencialmente após a Constituição de 1988. Entretanto, como ressalta Gohn (2007), a questão da participação política no País é um tema presente desde o tempo de lutas da Colônia contra a Metrópole, passando pelas lutas contra a escravidão e pelo sindicalismo anarquista das primeiras décadas deste século.

O fato, porém, é que o Brasil, até o início de seu processo de democratização, pode ser considerado um país com baixa propensão participativa (AVRITZER, 2012) e de caráter essencialmente representativo. Por mais que os cidadãos almejassem a participação, ela só esteve presente nos processos de elaboração de estratégias e tomada de decisão após a década de 1980. Isso se deve, para Avritzer (2012) e Carvalho (2001), às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca, concentradora, de desigualdade social, que deixaram marcas duradouras e relevantes para o processo de cidadania e participação.

Quando a participação política da sociedade civil (re)surge na década de 1980, ela está diretamente relacionada ao surgimento de espaços públicos alternativos de tomada de decisão e consulta pública. Além disso, como ressalta Avritzer (2012), tais fatos estão relacionados também ao crescimento de associações comunitárias, com a reavaliação da ideia de direitos e com a ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado.

Nesse sentido, a (re)construção da democracia ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985 (CARVALHO, 2001). Nas décadas após o regime autoritário, o Brasil vivenciou então a reconstrução de suas instituições e um crescimento inédito das possibilidades de participação política. Com a abertura política, o País é permeado pelos movimentos retro aduzidos a incorporar, em suas estruturas, a participação da sociedade para além dos procedimentos representativos (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012).

Dessa maneira, desde o início dos anos 1980, as experiências de deliberação participativa no Brasil estão associadas à capacidade que os movimentos populares e instituições da sociedade civil tiveram de explicitar, por meio de pressões populares, demandas relacionadas principalmente a melhores

condições de vida, moradia e acesso aos bens e serviços públicos (JACOBI, 2003; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

O resultado dessa movimentação política, como nos lembram Loureiro e Cunha (2008), deu-se com a promulgação da Constituição de 1988, que previu logo em seu artigo 1º que “todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Esses atores, ora à revelia do Estado, ora permeados por ele, criam então novos espaços públicos de participação e relacionamento entre Estado e sociedade civil, onde reivindicam e articulam demandas e alianças de resistência popular e lutas pela conquista de direitos civis e sociais (JACOBI, 2003).

Têm-se, também, nesse contexto as vitórias de coalizões de esquerda nas últimas eleições, sobretudo municipais, ocasionando a construção de uma nova instituição e legalização de diversas formas de inserção de associações da sociedade civil nas políticas públicas (AVRITZER, 2007; HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012). Dessa maneira, constituem-se no cenário político experiências participativas envolvendo sociedade civil e suas organizações em conferências e consultas públicas como os Orçamentos Participativos (OPs), as Audiências Públicas (APs), que se aplicam às mais diversas áreas, como as de impacto ambiental e as relacionadas a questões orçamentárias (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012), e os conselhos gestores de políticas públicas, nas áreas de saúde, trabalho, assistência social, educação e meio ambiente (GOHN, 2007; AVRITZER, 2012).

Com a profusão de tais arenas, a participação mais direta da sociedade civil em processos decisórios relacionados a interesses coletivos aumenta continuamente (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012). Hoje, experiências participativas podem ser vistas de forma muito positiva, pois esses espaços propiciam grandes oportunidades para atores historicamente excluídos sinalizarem suas demandas. Geralmente são esses grupos que, por serem minorias políticas, encontram grandes dificuldades de levar suas demandas ao conhecimento dos órgãos competentes, legisladores e formuladores de políticas públicas.

A participação nas decisões de um país, seja ela de forma direta ou através de representantes eleitos, é direito de toda pessoa, conforme a Declaração

Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Da mesma forma a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz, em seu Art. 1º parágrafo único, que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Contudo, apesar desse direito estar previsto legalmente, no Brasil e no Mundo, o que se observa na prática é que essa participação da população nas decisões do país acaba ficando muito aquém das possibilidades porque a população desconhece seus direitos e deveres ou ignora o poder que a sua participação pode ter na mudança social.

De fato a participação social é uma das estratégias para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos. Para fortalecer a participação social é necessário estimular a mobilização social que é: “o ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado” (TORO & WERNECK, 2004).

No entanto, cabe salientar que mobilização social é uma escolha e que a participação social é um ato de liberdade. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças. Sobre isto, o educador Paulo Freire define empoderamento como sendo a propriedade de uma pessoa ou grupo de pessoas, ou ainda, instituição que:

Realiza, por si mesma, as ações e mudanças que levam a evoluir e se fortalecer. Empoderamento implica em conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo no processo) e não uma simples doação ou benevolência que transforma o sujeito em objeto passivo. Não é um movimento que ocorre de fora para dentro, mas sim internamente, pela conquista (FREIRE, 1992).

A construção democrática e participativa responsável pela abertura do Estado a um conjunto de organizações sociais, admitindo a tensão política como método decisório, e diluindo, na medida do possível, as práticas autoritárias e patrimonialistas, configuram uma nova esfera pública que incide sobre o estado (JACOBI, 2003). Os principais exemplos disso estão nos conselhos gestores de políticas públicas – saúde, educação, assistência social – que apontam para

existência de um espaço público de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil de natureza deliberativa.

4.3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Como nos lembram Loureiro e Cunha (2008), a promulgação da Constituição de 1988 explicitou a necessidade de construção de espaços públicos de definição e execução de políticas públicas em vários setores, entre eles, o de meio ambiente. Ou seja, a promulgação da Constituição Federal de 1988 é um marco, não só da participação social em geral, como no histórico ambiental do País, visto que considera como direito fundamental o “meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Nesse universo, um dos pressupostos do artigo 225 da Constituição, por exemplo, atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o ambiente ecologicamente equilibrado para presentes e futuras gerações (QUINTAS, 2004 *apud* LOUREIRO; CUNHA, 2008). Somado a isso e ao “efeito Rio 92”, instituíram-se conselhos, comitês de bacias hidrográficas, Agendas 21, coletivos jovens e outras instâncias que, baseados em leis e acordos específicos, muito vêm contribuindo para a consolidação da participação popular nas diversas esferas de consulta e decisão das políticas ambientais no País (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Cabe destacar, diante dos objetivos deste capítulo, dois importantes instrumentos: a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída sob a Lei Federal Nº 6.938 de 1981, que deu um salto na constituição de espaços públicos e na definição de parâmetros de gestão da coisa pública (JACOBI, 2003), o que Coletti (2012) entende como sendo o reflexo da realidade ambiental e social da época; e o princípio da participação – princípio geral do direito ambiental expresso no artigo 10 da Declaração do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 1992 – que assegura a participação de todos os cidadãos nas questões do meio ambiente (MACHADO, 1994 *apud* RODRIGUES, 2005).

Contudo, no contexto ambiental, a instituição de espaços públicos alternativos e a ampliação da percepção dos problemas ambientais estão

associadas, na maioria das vezes, à emergência dos movimentos socioambientais. Com a participação ativa desses movimentos, cuja expressão jurídica mais evidente é a das Organizações Não Governamentais (ONGs), é possível dizer que hoje os conselhos, consultivos e deliberativos, são fortalecidos e reconhecidos como parte componente da gestão ambiental em todos os níveis de governo: federal, estadual e municipal (JACOBI, 2003). Isso ocorre, conforme demonstrado por Medeiros *et al.* (2004), visto que as ONGs ambientalistas e socioambientalistas contribuem para estabelecer uma nova via de comunicação e representação da sociedade ante os poderes políticos constituídos.

Nessa linha, os autores destacam que, com a redemocratização do País, a partir de 1985, e a posterior crise do Estado, surge uma nova fase da expansão e reestruturação da proteção da natureza no Brasil, que teve muitos avanços, entre eles: a nova Constituição Brasileira (1988); a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), após a extinção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 1989; o *upgrade* da temática ambiental sob a ótica da política institucional, por meio da criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a instituição do SNUC em 2000.

Esse movimento democratizante refletiu-se nos processos de criação e implantação das AP do País, principalmente nas UC que, até então, enfrentavam diversos problemas de gestão, pois não existia um órgão ambiental e legislações específicas sobre a criação, implantação e gestão dessas áreas, como afirma Medeiros (2005). Segundo o autor, as responsabilidades de execução, fiscalização e gestão dessas áreas pertenciam a diferentes órgãos, além das diversas tipologias de AP criadas por legislações distintas que, inclusive, eram sobrepostas em alguns casos.

Somente após anos tramitando no Congresso, o SNUC é instituído pela Lei Federal Nº 9.985/2000, como forma de regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal e definir critérios mais objetivos para a criação e gestão de algumas tipologias e categorias de AP que antes se encontravam dispersas em diferentes instrumentos legais (MEDEIROS, 2005), como o Decreto Federal Nº 84.017, de 1979, que regulamentava os Parques Nacionais brasileiros.

As legislações ambientais brasileiras, principalmente o SNUC, são reconhecidas internacionalmente por apresentarem uma abertura do modelo tradicional de implantação das UC, já que não se resumiram a uma “cópia” do modelo norte-americano, como afirmam Medeiros *et al.* (2004). Porém, esse processo de construção do SNUC foi uma “verdadeira batalha” entre diversos grupos envolvidos com posições opostas, como afirmam Medeiros e Garay (2006), sendo que um dos pontos mais polêmicos era a questão da participação popular no processo de criação e gestão das UC.

Apesar de no texto do SNUC ter prevalecido a vertente preservacionista, houve muitos avanços em prol da inclusão social. Medeiros *et al.* (2004) explicam que isso se deu em resposta a três fatores fundamentais: a lógica da conservação e uso, com participação da sociedade civil, paralela à lógica da preservação; a preservação/conservação como instrumento geopolítico e a necessidade de adequar o sistema de AP à dimensão continental, pluricultural e megadiversa do Brasil. Esses avanços podem ser observados a partir do artigo 4º do inciso XIII, ressaltando que o SNUC tem como objetivo também “proteger os recursos naturais necessários à subsistência dos povos e comunidades tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

Nesse sentido, Arruda (1999) relata que a organização e a mobilização das comunidades tradicionais foram essenciais para a criação das UC da categoria de Uso Sustentável, principalmente as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Já para Little (2002) a instituição do SNUC foi a consolidação da vertente socioambientalista no País, em defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Com a publicação da Lei e do Decreto Nº 4.340/2002, que regulamenta o SNUC, os conselhos foram incorporados como espaços de consulta ou deliberação nas UC, formalizando uma instância de gestão participativa para essas áreas e iniciando uma nova etapa na gestão ambiental no País (MILARÉ, 2005; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Contudo, a participação popular no contexto dessas áreas se dá por meio de diversos processos. A começar, como preconiza a Lei do SNUC em seu Art. 22, parágrafo 2º, a participação ocorre anteriormente ao ato da criação da área a ser

protegida, por meio de consultas públicas com ampla participação dos setores envolvidos na definição da localização, dimensão e limites da UC, e de debates sobre a categoria a ser adotada (MMA, 2004). Posteriormente, segundo o artigo 27, cada UC deve dispor de um Plano de Manejo que, idealmente, deve resultar de um processo em que haja participação de diversos segmentos da sociedade como cientistas, representantes da comunidade local e de outros grupos interessados (RODRIGUES, 2005). O SNUC também estabelece a possibilidade de gestão compartilhada das UC, por meio de termos de parceria entre os órgãos gestores e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Além desses espaços, o SNUC prescreve que cada unidade deve dispor de um Conselho. No caso de UC de Proteção Integral e as Florestas Nacionais, esse Conselho deve ser consultivo, presidido por um órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, proprietários de terra, quando for o caso, e representantes de populações tradicionais, caso nela residam, sempre que possível, paritário, considerando as peculiaridades regionais (SNUC, 2000, Art. 17 e 29; Decreto Federal Nº 4.340/2002, Art. 17). Já UC de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho deve ser deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, e os planos de manejo devem ser aprovados pelo Conselho Deliberativo (SNUC, 2000, Art. 18 § 2º e § 5º; Art. 20 § 4º e § 6º).

Para Rodrigues (2005), ainda que alguns conselhos sejam consultivos, trata-se, sem dúvida, de uma importante novidade da lei a instituição de colegiados atuando na gestão de UC. Essa iniciativa, segundo o autor, garante maior transparência e fiscalização sobre uma AP, além de possibilitar a participação e o envolvimento da sociedade civil. Loureiro e Cunha (2008) também ressaltam que, entre os diversos meios de participação, os conselhos destacam-se por se constituírem em um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e os governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas.

Nessa mesma linha de argumentação, Jacobi (2003) afirma que tais espaços são fundamentais para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação desses espaços favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses e a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais e despertando, principalmente, o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva. Entretanto, influenciando nesse processo de participação social, estão juntos o ensejo de participar do cidadão, de representar um coletivo, porque entende que é responsável e capaz de provocar e construir mudanças; a mobilização social, ou seja, o “ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhado” (TORO & WERNECK, 2004); e a abertura do gestor público à participação social verdadeira, ao exercício da escuta, especialmente daqueles que historicamente foram os tomadores de decisão e os únicos gestores das UC.

Sobre a importância do papel do gestor na construção da participação social, parece haver uma nova postura em formação desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, quando tem início um processo de planejamento estratégico no qual ficou definido que a missão do Instituto é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. Nessa perspectiva, firma-se o compromisso do órgão com a promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades locais, com a gestão dos conflitos e com a gestão participativa. Então, sob a Portaria Nº 528/09, o ICMBio cria a Academia Nacional de Biodiversidade (ACADEBIO), um espaço voltado para a capacitação de técnicos, onde são desenvolvidas diretrizes, instrumentos e metodologias para a elaboração e monitoramento de ações de educação ambiental, mediação de conflitos, entre outras ferramentas necessárias para a concretização da gestão ambiental participativa. Como destacado por Lotta (2012) o papel dos implementadores das políticas públicas, chamados “burocratas de rua” (os gestores da UC, nesse caso), é decisivo para o sucesso ou não destas. Os “burocratas de rua” não atuam executando apenas ações predeterminadas (previstas nas políticas), mas são influenciados (positiva ou negativamente) por diversos fatores que impactam sua forma e capacidade de moldar os resultados das políticas.

Contudo, tais espaços dialógicos dos conselhos não devem ser vistos como garantia da participação e da democracia. Segundo Loureiro e Cunha (2008), também se relatam dificuldades na efetivação e no funcionamento dos conselhos de UC, que vão desde a ambiguidade ou a omissão da lei, referente a algumas categorias de UC, à falta de procedimentos claramente definidos, que impedem a utilização desse instrumento como um espaço de construção da cidadania.

Para os autores isso pode estar atrelado também ao pouco tempo de existência dos conselhos, visto que foram estabelecidos apenas nos anos 2000, com o SNUC, e ao caráter histórico de conflitos e de ausência de estratégias de diálogo entre órgãos ambientais e setores populares envolvidos em áreas protegidas. Isso tem gerado um contexto de mútua desconfiança e um afastamento que dificulta a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no País.

O fato de muitas UC terem sido criadas de cima para baixo (*top-down*), sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo (LOUREIRO; CUNHA, 2008). Na maioria dos casos isso se deve ao fato de a criação das UC ser feita mediante ato do Poder Executivo (SNUC, 2000, Art. 22), isto é, presidentes, governadores e prefeitos podem redigir e assinar decretos para o estabelecimento de UC, sem a participação da população, Câmara e Senado. Somado a isso, na criação de Estações Ecológicas e Reservas Biológicas – UC de Proteção Integral – não são obrigatórias consultas públicas, conforme trata o parágrafo 4º, do Art. 22, do SNUC.

Cabe ressaltar que o parágrafo 1º, do Art. 22, do SNUC foi vetado. Ele estabelecia a criação de UC também por atos do Poder Legislativo, ou seja, por meio de Projeto de Lei. Conforme descrito nas “Razões do Veto”, esse parágrafo era inconstitucional, já que ao exigir lei para a criação e definição desses espaços territoriais a serem protegidos, o SNUC subtrairia a competência atribuída ao Poder Executivo na Constituição Federal. Porém, ao mesmo tempo, apresenta o inciso III, do Art. 225, da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público, Executivo e Legislativo, a definição desses espaços protegidos, sendo que a alteração e a supressão das áreas somente são permitidas através de lei.

Pode-se perceber que o veto e o estabelecimento de atos de criação de UC apenas pelo Poder Executivo é o mecanismo político que se tem usado para criar novas UC, contrariando os preceitos de participação popular e a própria conquista adquirida pelos movimentos socioambientalistas, visto que os procedimentos são menos participativos e menos transparentes do que os trâmites de um Projeto de Lei, por exemplo.

Entretanto, como ressaltam Loureiro e Cunha (2008), esses entraves precisam ser entendidos em suas contradições e potencialidades, constituindo os conselhos gestores de UC em espaços públicos que merecem ser resguardados e fortalecidos com uma participação direta e, no qual, os cidadãos aprendam a construir uma cultura democrática, popular e cidadã no Brasil.

4.4 MECANISMOS DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

4.4.1 Procedimentos metodológicos

Neste momento trataremos especificamente de análises de legislações ambientais que se aplicam ao bioma Mata Atlântica, sendo delimitado como objeto o SNUC e seu decreto de regulamentação nº 4.340, 2002.

Com o objetivo de entender como o marco legal ambiental influencia a dinâmica das populações de entorno a UC, realizamos análises documentais a partir de pesquisas bibliográficas, além, da sistematização de informações colhidas pelos autores, a partir de suas experiências junto a conselhos gestores de UC. Para tal buscamos identificar como está estruturada a ideia e os mecanismos de participação social dentro do texto da legislação e como esta participação se constitui na prática. Construímos assim as análises a partir de uma unidade central, a Participação Social, passando para identificação de categorias dentro deste contexto, seguindo para tal o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2008).

4.4.2 Resultados e discussões

Especificamente no contexto das UC o SNUC, estão previstos mecanismos de consulta e participação. Este sistema é constituído por um conjunto de UC Federais, Estaduais e Municipais. Este conjunto é formado por diferentes categorias de proteção que compõem dois grupos com características específicas. O primeiro grupo das UC de “proteção integral”, Estações Ecológicas, Reservas da Biosfera, Parque Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre, tem em comum o objetivo básico a preservação da natureza. O segundo grupo das UC de “uso sustentável”, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural, buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, art.7).

Partindo da unidade de análise “Participação Social” identificamos para o texto do SNUC nove categorias: Restrição; Acesso; Regulação; Conciliação; Mecanismos; Poder de decisão; Comunicação; Deveres; e direitos. Já o mesmo processo aplicado ao texto do Decreto que regulamenta o SNUC permitiu a identificação de seis categorias: Regulação; Mecanismos; Poder de decisão; Comunicação; Deveres; e representação.

Pudemos perceber que as categorias Restrição e Acesso relacionam-se respectivamente a limitação de acesso e uso de recursos naturais e espaços ou a possibilidade de manejo dos mesmos. A categoria Mecanismos agrupou textos que organizam e sistematizam estruturas de participação sejam de processos de gestão, ou até mesmo na criação das UC. Um exemplo disto é o trecho que se refere ao processo de consulta pública para criação das UC que diz: A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas” (BRASIL. Decreto nº 4.340, 2002, art. 5).

A categoria regulação deu destaque a informações relacionadas ao plano de manejo. Tal destaque pode se justificar pelo fato de que o plano de manejo se constitui como o principal instrumento de regulação do uso dos espaços nas UC.

Este resultado pode parecer óbvio , mas a questão é: podemos afirmar que estruturalmente as formas de regulação vão ser efetivamente construídas a partir da elaboração dos planos de manejo a partir da realidade e contexto de cada UC. Sendo assim se as UC não apresentarem seus planos de manejo as formas de regulação acabam sendo genéricas e pouco efetivas em contextos mais específicos.

A categoria conciliação pode ser identificada apenas no texto do SNUC, porém evidencia a aproximação dos objetivos das UC a ideia de uso sustentável. Característica essencial para qualquer noção de desenvolvimento de atividades que possam conciliar conservação de desenvolvimento sociocultural e econômico de qualquer população.

Poder de decisão foi a categoria que trouxe as estruturas dos textos do SNUC e do Decreto que evidenciam a possibilidade de decidir, aprovar, gerir. Ou seja, existem sim na legislação referências a possibilidade de gestão das UC por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade.

Ressaltamos também a categoria representação identificada apenas para o texto do Decreto, uma vez que esta faz referência às formas, estruturas e mecanismos de representação dos atores sociais, por exemplo: “A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais” (BRASIL. Decreto nº 4.340, 2002, art.17).

A categoria deveres traz complementos importantes para estas estruturas da categoria representação, por exemplo, quando traz que a gestão deve:

Prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado. Parágrafo único. O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações. (BRASIL. Decreto nº 4.340, 2002, art. 19).

Assim como está assegurada na categoria direitos a participação de populações residentes nos processos de elaboração, atualização e implementação do plano de manejo no caso das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Por fim a categoria comunicação traz elementos importantes para se pensar as relações entre gestores e populações. Por exemplo:

Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade (BRASIL. Decreto nº 4.340, 2002, art. 4).

Este processo poderia se fosse de fato executado em todos os casos, no mínimo auxiliar a minimizar possíveis conflitos entre UC e populações.

O que devemos questionar em certa medida é a efetividade das estruturas na prática, mais especificamente a dos conselhos gestores, principal espaço para efetivação da participação social no contexto da gestão de áreas naturais protegidas no Brasil.

As definições para criação dos conselhos gestores, previstos pela lei como mecanismo de gestão para as UC se configuram como ponto de destaque. Neste sentido cabe aos conselhos acompanhar a elaboração, implementação e revisão dos planos de manejo⁹ da UC, esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a UC, e o mais importante do ponto de vista deste trabalho, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as relações com a população do entorno ou do interior da UC.

É possível identificar mecanismos de participação dentro do contexto das unidades de conservação, porém as dinâmicas de conflito se estabelecem cada vez com mais força, como pudemos tratar na seção anterior deste trabalho. Discutir as formas de representatividade nestes espaços previstos por estes mecanismos pode ser uma das alternativas para que se possa entender um pouco melhor o porquê da ineficiência destes mecanismos de participação. Segundo Avritzer (2007) podemos ter distintas formas de representação na política contemporânea, classificadas por tipo de representação a partir da relação com o representado, forma de legitimidade

⁹ Planos de Manejo promovem a integração da unidade de conservação à vida econômica e social das comunidades vizinhas, pois é um documento que não se limita a discutir somente o interior da área, mas também o seu entorno. É elaborado essencialmente para estabelecer o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da unidade de conservação e o manejo de seus recursos naturais. A sociedade participa de sua elaboração, revisão e implementação, por meio do conselho gestor (MMA, 2011).

da representação e sentido da representação conforme a (TABELA 2) do próprio autor.

Para o autor a questão colocada pela política contemporânea deve ser: a redução da preocupação com a legitimidade dessas novas formas de representação e o aumento da preocupação sobre de que modo elas devem se sobrepôr em um sistema político regido por múltiplas soberanias. Assim para Jacobi (2003):

A participação assume um papel cada vez mais relevante na denúncia das contradições entre os interesses privados e os interesses públicos na construção de uma cidadania ambiental que supere a crise de valores e identidade e proponha uma outra, com base em valores de sustentabilidade. Isto potencializa a ampliação da consciência ambiental e sua tradução em ações efetivas de uma população organizada e informada de maneira correta, que está preparada para conhecer, entender, reclamar seus direitos e também para exercer sua responsabilidade. Pessoas cidadãos críticas e conscientes compreendem, se interessam, reclamam e exigem seus direitos ambientais junto ao setor social correspondente e, por sua parte, estão dispostas a exercer sua responsabilidade ambiental. Uma sociedade civil organiza e participa da direção de sua própria vida, e isto permite que as pessoas adquiram um poder político e a capacidade de produzir mudanças.

TABELA 2 - FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA.

TIPO DE REPRESENTAÇÃO	RELAÇÃO COM O REPRESENTADO	FORMA DE LEGITIMIDADE	SENTIDO DA REPRESENTAÇÃO
Eleitoral	Autorização através do voto	Pelo processo	Representação de pessoas
Advocacia	Identificação com a condição	Pela Finalidade	Representação de discursos e ideias
Representação da Sociedade Civil	Autorização dos atores com experiência no tema	Pela finalidade e pelo processo	Representação de temas e experiências

FONTE: (JACOBI, 2003).

Portanto aqui chegamos ao ponto que gostaríamos, o de pensar sobre a necessidade de discutir a efetividade da conservação a partir do SNUC sob o ponto de vista da possibilidade de participação social nos processos de gestão das UC que não se efetiva.

Segundo Jacobi (2003) os mecanismos de participação aumentaram muito nos últimos 10 anos, mas ainda não fazem diferença. Apesar de terem democratizado, os mecanismos são mal aproveitados pela população, como no caso

das audiências públicas. Porém atribuir a ineficiência destes mecanismos de participação somente à sociedade pode ser um equívoco e não é o que pretendemos e nem o autor. Segundo ele ainda é necessário incrementar os meios de acesso à informação, assim como o papel indutivo que o poder público deve ter na oferta de conteúdos informacionais e educativos.

Relatos sobre observações em conselhos: reunião no centro das cidades, longe das comunidades, dificuldade com transporte, alimentação no dia da reunião, uso de Datashow, predomínio da linguagem escrita em detrimento do diálogo, o público dando uma de privado, defendendo interesses do setor privado, ONGs que manipulam as comunidades, representantes que não representam suas comunidades, mas sim seus próprios interesses, falhas de comunicação entre gestão da UC e conselho, entre conselheiros e comunidade, são características do funcionamento dos conselhos que tem dificuldade e inviabilizado a efetiva participação social.

Por fim torna-se importante ressaltar que o atual contexto de precarização das UC no país que apresenta um quadro de analistas insuficiente, baixo repasse de orçamento, ausência de planos de manejo e também documentos incapazes de serem postos em prática bem como na crítica as UC feita por Diegues aqui já apresentada em que há falta de dinheiro para desapropriação, falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, podem ser a causa do enfraquecimento e precarização das condições de efetivação dos espaços dos conselhos e dos processos de gestão das equipes das UC.

4.5 O CASO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE

Responsável pela proteção de 25.118,90 hectares de Mata Atlântica em suas diversas formações – Floresta Ombrófila Densa Submontana, Montana e Altomontana e Campos de Altitude – o PNSHL foi a primeira UC do Brasil a ser criada por Lei (Lei Nº 10.227, de 23 de maio de 2001).

Com os objetivos de conservar os ecossistemas da Mata Atlântica e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, garantindo a

qualidade de vida das populações litorâneas e a manutenção e preservação dos mananciais de abastecimento da região, sua área se distribui em quatro dos sete municípios do litoral do Estado do Paraná: Paranaguá, Morretes, Guaratuba e Matinhos (FIGURA 5).

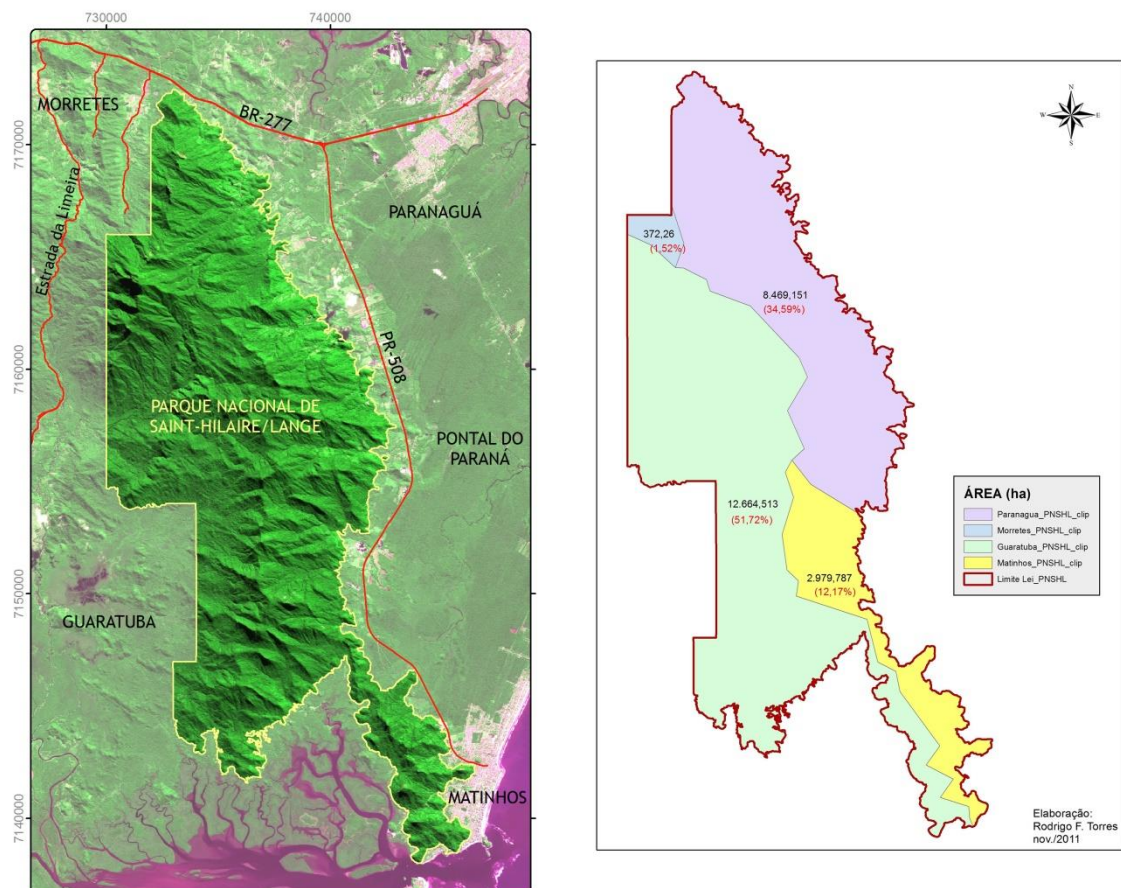


FIGURA 5– LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL, ESQUERDA) E PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO DE CADA MUNICÍPIO ABRANGIDO PELO PNSHL (DIREITA). FONTE: PNSHL (TORRES, 2016).

O Parque conta atualmente com uma equipe de cinco profissionais (três analistas ambientais, uma técnica administrativa e um secretário) e um estudante estagiário. Ainda sem plano de manejo (em processo de elaboração), o Parque possui oficialmente seu Conselho Consultivo desde 25 de junho de 2008, criado pelo ICMBio por meio da Portaria Nº 37/2008.

Como ressaltam Limont *et al.* (2007) o processo de criação do Parque foi atípico, conduzido pelo Congresso Nacional na forma de Lei Federal, não contando com a participação das comunidades locais. Esse processo resultou no estabelecimento de emblemáticos conflitos socioambientais com o entorno da UC e no desconhecimento sobre as implicações que a criação da unidade traria às atividades e aos modos de vida da população local, já que essas questões são discutidas e esclarecidas durante as audiências públicas que antecedem a criação dos Parques Nacionais. Diante desse cenário, a equipe do PNSHL procurou desenvolver um trabalho diferenciado durante a criação do Conselho Consultivo de forma a instituir e promover a participação social da comunidade local, por meio de princípios e metodologias participativas, como a pesquisa participante e a pesquisa-ação, na tentativa de aproximar o entorno com a gestão da UC.

Nesse sentido, Limont *et al.* (2007) explicam que o processo de formação do Conselho Consultivo do PNSHL foi desenvolvido em três etapas distintas: etapa I, diagnóstico socioeconômico; etapa II, curso de capacitação; e etapa III, oficina de formação (TABELA 3). Todo esse processo foi conduzido pelo então Instituto de Ecoturismo do Paraná (IEPR), que atuou em parceria com a equipe de gestão do Parque e contou com o apoio do próprio MMA e do IBAMA, por meio do Programa PDA – Mata Atlântica, do MMA, financiado pelo banco KFW, através da cooperação bilateral Brasil/Alemanha (GTZ). O principal desafio do PDA é demonstrar, a partir de experiências inovadoras, a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de desenvolvimento sustentável. A partir dos aprendizados obtidos com essas experiências, o objetivo é estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação dessas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.

O projeto executado pelo IEPR envolveu 538 famílias de comunidades urbanas e rurais com o intuito de instituir e promover a participação social no processo de gestão do PNSHL. Participaram também quatro Prefeituras Municipais; a Universidade Federal do Paraná (UFPR – *Campus* Litoral); associações locais (Associação Águias Marumbi – Águias Marumbi, Associação de Produtores Rurais e Moradores do Mundo Novo Saquarema – Aprumus, Associação de Produtores Rurais do Município de Paranaguá – Aprumpar, Associação Amigos da Mata –

Asdama, Associação de Moradores do Cabaraquara Rio Alegre – Amcra); Fundação Municipal de Turismo de Paranaguá – Fumtur; Rotaryclub e algumas lideranças locais da região (LIMONT *et al.*, 2007; IEPR, 2015).

TABELA 3 – ETAPAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE.

Etapas	Ações
Etapa I	Diagnóstico socioeconômico: realizado em 24 comunidades dos 04 municípios do entorno do PNSHL, utilizou entrevistas semiestruturadas como ferramenta de coleta de dados e teve como objetivos: mapear e identificar as lideranças comunitárias e levantar informações relativas ao contexto do Parque (potencialidades, problemas e conflitos socioambientais).
Etapa II	Curso de capacitação: realizado com o objetivo de identificar e valorizar a atuação das lideranças locais em suas próprias comunidades, no sentido de criar um movimento proativo de participação de base comunitária, que seriam essenciais na etapa III.
Etapa III	Oficina de formação: estruturada em 04 módulos temáticos, as oficinas de formação tiveram como objetivo: explicar para a comunidade o que é um conselho, como funciona um conselho, para onde a caminha o Conselho do PNSHL e quem fará parte do Conselho do Parque. Foram utilizadas técnicas de mediação de conflitos, visualização móvel, coleta de ideias, vivências e dinâmica de plenárias intercaladas com momentos de trabalho em pequenos grupos. O tema de cada módulo, seus objetivos e as atividades utilizadas estão descritas no trabalho original, devido a sua importância conceitual e estrutural.

FONTE: (LIMONT *ET AL.*, 2007).

Em se tratando, a criação do conselho, de um processo participativo, buscou-se envolver as comunidades locais desde o início (LIMONT *et al.*, 2007). Assim, a criação do Conselho envolveu uma série de encontros realizados no período de 2006 a 2007, com a participação de moradores das comunidades do entorno do Parque, e reuniões com representantes dos setores públicos, privados e organizações não governamentais. Esse processo resultou em um colegiado composto por 32 representações, distribuídas da seguinte forma: 10 instituições do setor público, incluindo o ICMBio; 11 representações distribuídas entre o setor produtivo, o terceiro setor (organizações não governamentais) e instituições de ensino superior; e 11 representações comunitárias, que agrupam as 27 comunidades existentes na região vizinha ao Parque.

Essa composição vigorou até maio de 2012, quando foi aprovada, em assembleia, a reestruturação do Conselho. Durante o período de 2007-2011, algumas organizações não governamentais, outras ligadas ao Setor Produtivo e a PUC/PR solicitaram seu desligamento do colegiado, ou ultrapassaram o número de faltas permitido no Regimento Interno, e foram substituídas por outras instituições, mediante indicação e aprovação por parte dos Conselheiros em Reuniões Ordinárias.

Cabe ressaltar que em 2010, considerando a necessidade de estabelecer e definir critérios para a formação e funcionamento dos Conselhos Consultivos de UC federais, o ICMBio estabelece diretrizes, normas e procedimentos para a formação e o funcionamento desses Conselhos por meio da edição da Instrução Normativa Nº 11, em 8 de junho de 2010. Dessa forma, o Conselho do PNSHL cria uma Comissão em 2011 para a adequação do Regimento Interno (Instrução Normativa Nº 11/2010), e também elaborou um estudo sobre a viabilidade da alteração na composição dos membros do Conselho, principalmente relacionado ao aumento de membros das comunidades do entorno do PNSHL.

Esse processo resultou na modificação do regimento interno, incluindo as sugestões apresentadas pela Comissão e a alteração do número de membros, considerando a espacialização dos territórios abrangidos por cada comunidade a fim de aumentar a representatividade dessas comunidades no Conselho. Cabe a ressalva de que estas foram previamente consultadas sobre a concordância em eleger um representante para participação no Conselho. Essa ação foi realizada em parceria com a OSCIP Mater Natura, por meio do Projeto PDA 468-MA: “Gestão Integrada de UC: a capacitação como estratégia de conservação”.

Assim sendo, a partir da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de maio de 2012, o Conselho Consultivo do PNSHL passou a conter 40 representantes, sendo 12 de instituições governamentais, 11 somando terceiro setor, setor produtivo e instituições de ensino superior atuantes na região e 17 representantes de comunidades do entorno do Parque (FIGURA 6).

A análise quantitativa e qualitativa das presenças dos conselheiros ocupantes das cadeiras nas 24 reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Gestor do PNSHL, entre 2008 e outubro de 2015, acusa um decréscimo na

participação desde a sua criação, particularmente acentuado na representação das comunidades que, após um aumento discreto na presença dos representantes no biênio 2012-2013, apresentou queda significativa no período 2014-2015 (FIGURA 7).

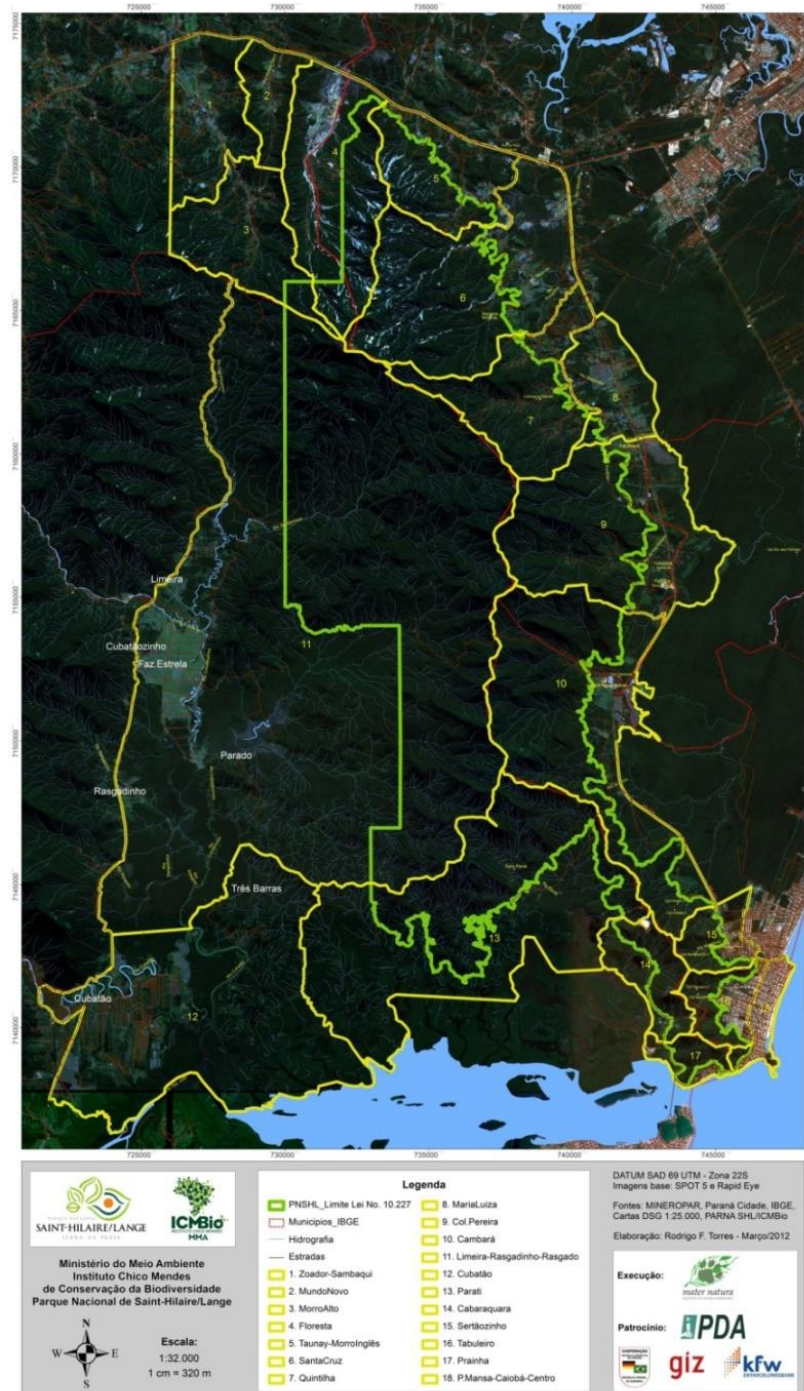


FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL) QUE POSSUEM REPRESENTANTES NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE. FONTE: PNSHL (TORRES, 2016)]

Procurando compreender a causa do decréscimo na frequência dos representantes, particularmente no biênio 2014-2015, observa-se que quatro cadeiras do setor público nunca foram representadas nas reuniões, quais sejam: a polícia ambiental, as prefeituras de Morretes e Matinhos e a Mineropar. Quanto às comunidades, observamos que duas cadeiras estão sem representação desde 2014: uma referente aos bairros da área urbana de Matinhos (Tabuleiro, Jardim Schaffer e Vila Nova) e outra referente às comunidades distantes do local de realização das reuniões (Limeira, Rasgado, Rasgadinho e Parado). Além disso, mais duas comunidades estão sem titular na representação, ou seja, possuem apenas o suplente (Colônia Pereira e a comunidade de Floresta). Sobre esta última, cabe destacar que ela foi praticamente extinta pelos deslizamentos de terra ocorridos em março de 2011, após as análises técnicas, realizadas pela Mineropar, classificarem a área como “em desastre”, ou seja, sob permanente risco para seus habitantes.

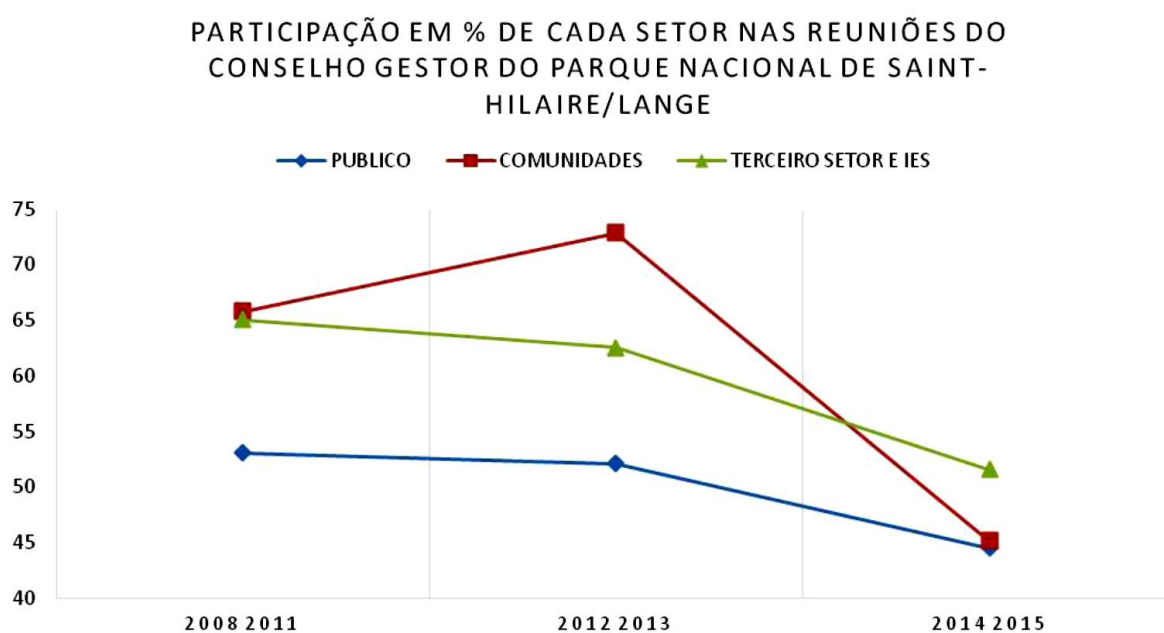


FIGURA 7 – PRESENÇA DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (PNSHL) DE 2008 A 2015, EXPRESSA EM FRAÇÃO. FONTE: Os autores (2016).

A partir de então, por ordem do Ministério Público Estadual, a área foi desocupada restando pouca possibilidade de representação. Sobre o setor produtivo, ONGs e as instituições de ensino superior, verificamos que a queda na

representação no último biênio deve-se principalmente à ausência dos representantes do setor produtivo de Guaratuba e de Morretes.

Analisando a representação por município, interessante observar que Paranaguá, nos três segmentos analisados, sempre foi o município mais representado, valorizando a participação na gestão do PNSHL. Guaratuba e Matinhos são os menos representados ao longo do tempo. Sobre a representação de Guaratuba, observa-se que, apesar de quase 52% da área do Parque estar localizada nesse município (PNSHL, 2015), particularmente na área rural, o setor produtivo e uma parte das comunidades rurais não têm sido representados. Quanto à fraca representação de Matinhos nos três segmentos no último biênio, cabe ressaltar que é o único município com interface direta de sua área urbana, aquela com maior densidade demográfica, com a área do Parque. Por essa razão ocorre a intensificação de conflitos socioambientais gerando muitas demandas para a gestão da UC (comunicação pessoal R. Filipak). Isso deveria refletir em um maior contato entre a gestão pública municipal, o representante da comunidade e a gestão da UC, o que parece não acontecer.

Embora a análise objetiva das frequências dos representantes nas reuniões do conselho, realizada no parágrafo anterior, nos permita algumas conclusões, há outras questões de maior subjetividade permeando e condicionando a eficiência da representação. Nesse sentido, em um estudo realizado recentemente (CAMPOS *et al.*, 2015) sobre a percepção de representantes no Conselho (n=12) e de membros das comunidades (n=18) da face leste da Serra da Prata, no entorno imediato do PNSHL, as chamadas Colônias, sobre a gestão do PNSHL, foram obtidos dados primários por meio de entrevistas. Os resultados evidenciam o desconhecimento da comunidade sobre quem é o seu representante no Conselho (55% dos entrevistados), o que permite questionar a legitimidade dessa representação. Adicionalmente, a falta de diálogo entre o representante e a comunidade não viabiliza a amplificação das construções dialógicas feitas nos espaços do Conselho e em outros momentos de representação para os coletivos ali representados.

Contraditoriamente, quando foram entrevistados os representantes, 92% disseram ser informados das atividades do conselho, 83% consideram sua própria participação no Conselho importante, 67% se dizem ouvidos nos espaços de diálogo

dessa instância consultiva e 41%, quando questionados sobre a sua ação/atuação para a gestão do PNSHL, mencionaram em primeiro lugar a representação da comunidade perante o Parque. Embora o número de entrevistados por Campos *et al.* (2015) imponha limitações às conclusões possíveis, fundamentalmente podemos evidenciar a necessidade de reflexões sobre o papel do representante da comunidade no conselho, a importância da sua legitimidade para o coletivo que representa e, sobretudo, a importância de uma relação dialógica tríplice entre conselho, representante e comunidade.

Segundo o PNSHL (2015), o histórico de ações do Conselho pode ser resumido conforme a Tabela 4, abaixo.

O histórico de formação do Conselho, resumido na Tabela 3, e o resumo de suas ações, desde então demonstram que o Conselho do PNSHL procura utilizar-se de diversos instrumentos de participação, como cursos de capacitação, oficinas, expedições a campo, reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, reuniões das Câmaras Temáticas, como meios de efetivar a gestão participativa da Unidade. Soma-se a essas iniciativas do Conselho Gestor a parceria realizada com a Universidade Federal do Paraná no sentido de assegurar o transporte dos conselheiros, desde suas localidades até o local das atividades com veículo da Universidade, prover alimentação subsidiada, especialmente nos encontros que tomam o dia todo, e fornecer uma sala na UFPR – Setor Litoral com espaço físico adequado para receber os participantes.

Ainda nesse sentido, a expedição a campo também foi possível em virtude da parceria de transporte com a UFPR, garantindo a ida do grupo até as comunidades mais distantes. Assim, podemos observar que a formação dos gestores, a maneira como atuam na gestão, bem como o estabelecimento de parcerias proativas, são fundamentais na garantia da participação social, legalmente instrumentada pelo SNUC.

A Constituição Federal de 1988 é um marco nos processos participativos do país e também um marco na história ambiental do Brasil. Após sua promulgação, diversos instrumentos de inclusão social e gestão participativa foram colocados em prática, entre eles os conselhos consultivos e deliberativos, reconhecidos como uma das principais formas de garantia da participação social.

No campo das políticas ambientais, a instituição do SNUC, em 2000, assegurou diversos processos de participação na criação, implantação e gestão das UC. Cabe destacar que o próprio processo de elaboração da Lei contou com a pressão de grupos sociais, movimentos socioambientais e de diversos especialistas, resultando no estabelecimento de um modelo de gestão de AP considerado um dos mais inclusivos do mundo. Como exemplo endêmico, temos a criação de categorias de UC de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), impulsionadas pelos movimentos dos seringueiros na Amazônia, liderados por Chico Mendes.

TABELA 4 – HISTÓRICO DE AÇÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNSHL ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2012.

ANO	AÇÕES
2007	Elaboração do regimento interno antes mesmo da Portaria de criação do Conselho, com a definição de que devem ser realizadas três reuniões ordinárias anualmente para discussão dos aspectos relacionados à gestão da UC.
2008	Publicação da Portaria Nº37 de 25 de junho criando pelo ICMBio o Conselho Consultivo do PNSHL. Os trabalhos se concentraram na revisão dos limites do Parque, e foram apresentados durante as reuniões ordinárias e uma extraordinária viabilizando a construção da proposta apresentada em audiências públicas realizadas nos dias 25 e 26 de novembro em Matinhos e Paranaguá.
2009	Elaboração do plano de ação do Conselho, responsável por orientar as ações do conselho pelo período de 12 meses, a partir da identificação dos principais temas. Criação de duas Câmaras Técnicas: Comunicação, responsável pela elaboração de materiais de divulgação do Parque; e Captação de Recursos, com intuito de identificar possíveis parcerias e fontes de financiamento para as ações do Conselho.
2010	Realização de duas reuniões ordinárias que abordaram assuntos gerais com relação ao Parque.
2011	Principal foco de ação foi o Plano de Manejo, eleitas duas representações para acompanhar os trabalhos, participação de todos no curso de capacitação sobre plano de manejo, realizado pelo ICMBio. Participação na capacitação em gestão participativa como uma estratégia de conservação promovido pelo Instituto Mater Natura. A reestruturação do regimento interno foi ponto importante, visando, especialmente, a ampliação da representação comunitária.
2012	Realização da 1ª Expedição do Conselho ao entorno do Parque. Teve como objetivo promover um novo olhar aos conselheiros sobre o entorno da UC, contribuindo para o processo de reestruturação do colegiado. Entre abril e maio 14 reuniões foram realizadas em comunidades do entorno para definição da nova composição do Conselho e eleições dos representantes para o biênio 2012-2013

FONTE: PNSHL - Elaboração (os autores, 2016).

O SNUC estabelece diferentes instrumentos de participação, como audiências públicas para criação das áreas, definição de limites, elaboração do plano de manejo; Conselhos Consultivos para UC de Proteção Integral e Deliberativos para UC de Uso Sustentável os quais auxiliam na tomada de decisões; além da gestão compartilhada. Porém, o problema da representação, como citado anteriormente, também está presente nos Conselhos das UC. A participação por representação nem sempre acontece em busca dos objetivos da coletividade, podendo haver falta de legitimidade do representante perante sua comunidade e o predomínio de interesses particulares ou de determinados grupos sobre os do coletivo.

Sendo assim, podemos concluir que o caso do Conselho Consultivo do PNSHL é um exemplo de participação social com mais potencialidades do que fragilidades, mas que não está isento de dificuldades e deve manter-se em contínua construção. É possível perceber que, apesar dos diversos problemas de gestão, principalmente no que se refere ao reduzido quadro de funcionários e poucos recursos financeiros, os administradores são comprometidos com a gestão participativa e, por isso, a gestão do Parque é vista de maneira positiva pela comunidade local em geral. Além disso, as ações de capacitação dos analistas ambientais gestores de UC empreendidas pelo ICMBio são de fundamental importância para auxiliar na gestão participativa das UC, bem como no estabelecimento de parcerias e obtenção de apoio para a realização das capacitações com estrutura (p. ex. transporte, alimentação, local) estimulando a participação social.

4.6 REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem:** a necessidade de uma nova abordagem disciplinar. *Revista de Antropologia*, vol 43(1): 145-182, 2002.

ANDRADE, J. T. de. **Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Brasil – Interpretando a APA Petrópolis.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2007.

ARRUDA, R. **Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação.** *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, p. 79-92, 1999.

AVRITZER, L. **Sociedade civil, instituições participativas e representação**: da autorização à legitimidade da ação. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

_____. **Sociedade civil e Estado no Brasil**: da autonomia à interdependência política. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº. 9.985 de 2000. **Institui o Sistema nacional de unidades de conservação**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Publicado no D.O. de 19.7.2000.

_____. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Publicado no D. O. de 23.8.2002.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L.; YAMAOKA, J. **Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual Ilha do Cardoso**. IF Sér. São Paulo, n. 33, p. 39-49, 2008.

CAMPOS, L. A. de; ADRIANO, A. P.; QUADROS, J. **As relações existentes entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua zona rural de entorno**: uma contribuição à gestão. In: VII SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 5, 2015, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis: UFSC, 2015.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

COLETTI, R. N. **A participação da sociedade civil em instrumentos da política ambiental brasileira**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 25, p. 39-51, 2012.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. & VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAU/CEC, 2004.

DOUROJEANNI, M. J. PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba. Ed. UFPR, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. **Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 127-157, out. 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria n. 528** de 04 de setembro de 2009.

INSTITUTO DE ECOTURISMO DO PARANÁ. **Projeto Formação do Conselho Consultivo**. Disponível em: <<http://institutodeecoturismodoparana.blogspot.com.br/2010/12/projeto-formacao-do-conselho-consultivo.html>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1-2, Dec. 2003.

LEA M. S. et al. (2006). **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

LIMONT, M.; MUCCIATTO, M.; CARDOSO, W.; FARACO, L.; PORTES, C.; PADILHA, R. **Participação Comunitária na Gestão de Unidades de Conservação: a valorização de um processo na criação do conselho consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange**. In: III SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 3., 2007, Teresópolis/RJ. Anais... Teresópolis: UFRJ, 2007.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

_____. **Os desafios das Políticas Ambientais no Brasil**. In: LITTLE, P. (Org). Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003. p. 13 – 21.

LOTTA, G. S. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas:** entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P. (Org.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, p. 20-49.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237- 253, jul-dez 2008.

LÜCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** *Ambiente & Sociedade*, 9(1): 41-64, 2005.

_____. GARAY, I. **Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira.** In: GARAY, I.; BECKER, B. (Orgs.). *Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 159 – 184.

_____. IRVING, M.; GARAY, I. **A proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção.** *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 6, n. 9, p. 83-93, jan. 2004.

MMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil.** 2ed. Brasília: 2007.

_____. **O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.** Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA. Disponível em: www.mma.gov.br/publicacoes.

MILANO, M. S. **Porque existem as unidades de conservação?** In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193 a 208.

MILANO, M.; TAKAHASHI L.; e Nunes M. (orgs) **A Ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais.** In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MILARÉ, E. **Prefácio.** In: RODRIGUES, J. E. R. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 11-14.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Apoio a Projetos.** Disponível em: www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. **Áreas Protegidas**, v. 2, Gestão Participativa do Snuc. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

NUPAUB. **O papel das ciências sócias na análise das questões ambientais e a Globalização**. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/global2.pdf> Acessado em: 18 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, Vanessa E. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. (Org). **Políticas Públicas em debate**. São Bernardo do Campo: ABCD Maior, UFABC, 2013.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE LANGE. **Conselho Consultivo**. Disponível em: <parnasainthilairelange.wordpress.com/conselho-consultivo/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Mapas**. Disponível em: <parnasainthilairelange.wordpress.com/mapa/>. Acesso em: 03 ago. 2015.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: Litoral Sul São Paulo**. Rosely Alvim Sanches. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SILVA, L. L. da. **Ecologia : manejo de areas silvestres**. Santa Maria (RS): UFSM. Centro de Pesquisa Florestal, 1996.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC). **Lei n. 9.985** de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

URBAN, T. **Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR; FBPN; Fundação MacArthur, 1998.

VARGAS, G. M. **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais**: proposta de um marco teórico e metodológico. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

_____. **Território e Natureza**. In: Anais do II Encontro da ANPPAS; 2004. Indaiatuba, SP, Brasil. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#1

VIANNA, L.; P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annabulme, 2008.

ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

WEIGAND, R. J.; SILVA, D. C.; SILVA, D. O. **Metas de AICHI**: situação atual no Brasil. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasil, IPÊ, 2011.

5 O PARATI: DA INVISIBILIDADE A DINÂMICA DOS CONFLITOS

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados para identificação e caracterização dos atores sociais e conflitos socioambientais existentes na localidade do Parati foram coletados a partir de dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e diários de campo.

As entrevistas semiestruturadas seguiram dois roteiros constituídos por perguntas organizadas em três eixos de análise: econômico; social e ambiental. Estes roteiros foram aplicados a dois grupos distintos que de alguma forma estabelecem alguma territorialidade na localidade do Parati. O primeiro grupo foi constituído por moradores do Parati. Famílias que possuem residência no Parati mas que a utilizam como casa de veraneio ou esporadicamente aos finais de semana foram excluídas deste grupo de entrevistados. Em cada família um representante, podendo ser qualquer adulto maior de 18 anos, respondeu ao questionário semiestruturado (APÊNDICE 1). Foram pré-selecionadas 10 famílias para realização das entrevistas, indicadas pelos próprios moradores. Deste total oito foram entrevistadas, das quais descartamos das análises uma das entrevistas pela impossibilidade de gravação a pedido do entrevistado. Quanto às duas famílias não entrevistadas, uma delas não pode ser entrevistada pela dificuldade de acesso pois só seria possível chegar até ela de barco; e a outra pela dificuldade que a família teve de encontrar tempo para realização da entrevista, estando quase sempre no mar pescando, ou se alimentando ou descansando. O segundo grupo de atores sociais foi selecionado a partir de análises iniciais feitas no conjunto de textos obtidos com as entrevistas aplicadas ao primeiro grupo. Essas informações ainda serviram de base para adaptação do roteiro de entrevistas aplicado ao segundo grupo (APÊNDICE 2) composto por representantes da Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente de Guaratuba, do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, da APA de Guaratuba e Instituto Ambiental do Paraná. Cada órgão ou secretaria teve um representante entrevistado.

Os diários de campo foram elaborados em duas etapas de campo compostas por vivências na comunidade. A primeira etapa foi de dez dias, realizada

entre 20 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015. A segunda etapa, realizada entre os dias 30 de junho de 2015 ao dia 03 de julho de 2015, contou ainda com um dia de mapeamento da trilha de acesso à localidade do Parati pelo Cabaraquara, bairro de Guaratuba/PR, que ocorreu no dia 05 de julho de 2015. Totalizando assim, 15 dias de campo.

Para acessar a localidade pela primeira vez, o contato foi estabelecido com o representante dos moradores do Parati no Conselho Consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e presidente da Associação de Moradores do Parati. A partir dele houve a articulação para a estadia em barraca no terreno de outro morador do local, onde se estabeleceu o alojamento na localidade durante o período de campo. Na primeira etapa, o acesso ao Parati foi realizado de barco, pagando-se para que um dos moradores fizesse o transporte. Na segunda etapa a região foi acessada através do trajeto da PR – 508 para a localidade do Parati de bicicleta, e também via Cabaraquara a pé.

Além do levantamento de dados primários em campo, foi realizada uma busca em acervos digitais de possíveis produções bibliográficas sobre a localidade e/ou sobre sua população, bem como de documentos oficiais que auxiliassem na compreensão do perfil socioeconômico da população da localidade do Parati.

Para análise qualitativa dos resultados, as respostas dos entrevistados às questões objetivas dos roteiros de entrevistas foram tabuladas de acordo com os três eixos (econômico, social e ambiental) e interpretadas à luz do referencial teórico apresentado.

5.2 ASPECTOS GERAIS: MORADORES

Em aspectos gerais a população do Parati se destaca pelo reduzido número de famílias que vivem na localidade. A partir do nosso levantamento foram identificadas 22 casas, das quais 10 estavam sendo ocupadas por famílias de moradores e o restante sendo usada nos finais de semana ou como casas de veraneio.

Deste total de famílias identificadas três dos sete entrevistados declararam serem naturais de outras regiões, quais sejam: Estado da Bahia, localidades Rio

Preto e Porto de Passagem, ambas em Guaratuba (PR). Apesar de existirem moradores que não são naturais da região do Parati, estes, residem há muito tempo nela. Este aspecto revela que os moradores em sua grande maioria estabelecem relações fortes com a região, viveram se não sua vida toda, grande parte dela no local.

Os moradores do Parati cursaram em média o primeiro ano do ensino fundamental, com alguns entrevistados tendo sequer cursado alguma série.

Entre as atividades econômicas com maior relevância, desenvolvidas pelas famílias, estão: a pesca; a roça; a coleta de mariscos, ostras e caranguejos; o cultivo de ostras; a atividade de caseiro; e o comércio. O reconhecimento de benefícios como aposentadorias e pensões também são indicados por três dos entrevistados como fontes de renda importantes.

A utilização da mão de obra familiar nas práticas produtivas, a utilização de instrumentos rudimentares como enxadas e foices, e a posse de barcos próprios ou canoas são características do desenvolvimento destas atividades observados por Sonda (2002).

A partir dos dados dos diários de campo foi possível identificar que existem relações de troca, compra, venda e favores entre os moradores. Isto já havia sido relatado por Mellinger (2013) em seu trabalho, porém observamos algo não evidenciado antes, relacionado à compra e venda de pescados, caranguejos, ostras e mariscos por um dos moradores, que os revende posteriormente no mercado municipal de Guaratuba. Entretanto não se trata de uma situação em que temos a figura de um atravessador, ocorrendo apenas a compra de excedentes que não poderiam ser armazenados sem que pudessem.

O que as vivências na localidade, diários de campo e respostas dos entrevistados do grupo um indicam é que historicamente se construiu uma relação forte dos moradores do Parati com o mar, seja por sua significativa importância para o deslocamento e transporte de cargas que foram determinantes para o processo de ocupação do litoral em determinados momentos históricos, como já citado na contextualização da área de estudo, seja pela importante fonte de recursos para subsistência ou geração de renda, seja para o deslocamento e ligação entre regiões e até mesmo pelo aspecto cultural de relação que estes estabelecem ao

relembrarem memórias de momentos vividos e experiências que diretamente associam aos rios, baía e mar.

Do ponto de vista socioambiental os moradores do Parati reconhecem como importantes elementos naturais da paisagem à água, a beleza da mata, os pássaros, o mar, o palmito, os animais, os peixes e os mariscos. Estes dados reforçam o que já comentamos anteriormente, a população estabelece sempre uma relação direta ou simbólica utilitarista com os recursos. As referências, no grupo 01, são feitas quase sempre a partir da experiência vivida dos entrevistados. Soulé (1997, p. 594), faz uma reflexão interessante, retrata que nossa percepção da natureza tem como base três dimensões da mente: **valor** onde há polaridade entre valores utilitários, de um lado, e valores intrínsecos de outro; **científico analítico**, na qual a biodiversidade é percebida como fenômeno a ser explicado e organizado; **experiential**, que nada mais é do que nossas lembranças vividas, ou chamadas experiências de pico. Assim, percebemos nas respostas de forma mais evidente elementos das dimensões de valor e experiential.

Quando tabulamos as respostas dos moradores do Parati identificamos como principal dificuldade enfrentada pela população a ausência da escola na localidade (TABELA 5), a casa onde a escola funcionava ainda existe, contudo está desativada oficialmente desde 2009, sob o argumento de que não existia demanda de alunos o suficiente para justificar a continuidade do funcionamento e das atividades da escola. Segundo o parecer Nº 568/14-CEF/SEED (Secretaria de Estado da Educação) a escola passou por dois períodos de cessação temporária das atividades, o primeiro de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (ato administrativo nº 43/09) e o segundo de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 (ato administrativo nº 51/12). Após este processo de cessação de atividades de forma temporária a escola foi cessada, voluntária e definitivamente no ano de 2014, segundo o texto da resolução Nº 2141/14 SEED. Ao falarem sobre a escola, os seis entrevistados que citaram isto como dificuldade, relataram que varias famílias do Parati tiveram que deixar a localidade para poder matricular seus filhos em escolas de outras cidades. Com este processo além da redução na quantidade de moradores permanentes, as crianças da população foram forçadas a sair da localidade, o que por sua vez elevou a média de idade da população que atualmente

é de 62 anos, sendo que, o mais jovem dos entrevistados respondeu ter 29 anos, e o de idade mais avançada 77 anos.

Os moradores indicaram ainda como principais problemas os itens listados na tabela 5.

Sobre o embargo do antigo traçado de estrada que liga a localidade a PR-508, como já mencionamos na caracterização da área de estudo, antigo traçado de estrada que foi extremamente importante, durante um período histórico de 1916 a 1926, para o processo de ocupação do litoral paranaense, algumas informações são importantes.

TABELA 5 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MORADORES

Escola fechada	6
Embargo da estrada de acesso pela PR-508	5
Omissão na prestação de serviços básicos pela Prefeitura de Guaratuba	3
Legislações ambientais	2
Restrição de áreas para plantio pelo PNSHL	1
Proibições para plantio	1
Degradação da estrada pelo uso de motoqueiros	1
Venda do pescado	1

FONTE: Os autores (2016).

Segundo Bigarella (2009) a estrada ficou sendo conhecida como “Estrada de Alboit” nome de seu construtor. Sua abertura se deu em 1916 quando o então governo estadual melhorou as condições da estrada carroçável que de Paranaguá passava pelas colônias Maria Luíza e Pereira levando ao sopé da Serra da Prata. Deste ponto foi prolongada em 1917 até Porto Parati e dali até Porto Barreiro de onde era possível partir de canoa em uma viagem de mais ou menos duas horas até Guaratuba. Este traçado de estrada apesar de facilitar na época a ligação entre as regiões de Paranaguá e Guaratuba possuía algumas desvantagens. O gradiente altitudinal e a declividade acentuada de alguns trechos da estrada, como no Morro Ai Jesus, na travessia da Serra da Prata se configuravam como grandes inconvenientes para o tráfego das “diligências” responsáveis pelo transporte de viajantes, carga e mala postal (BIGARELLA, 2009, p. 144).

Segundo Fernandes (1947) o caminho pela estrada do Alboit deixou de ter esta importância a partir da inauguração da Estrada Mar em 1926, que resultou na redução do nível de dificuldade e do tempo de deslocamento entre os municípios. Enfaticamente, houve o abandono da rota via estrada do Alboit (BIGARELLA, 2009, p. 145). Este relato do autor torna-se extremamente importante, pois no contexto da discussão dos conflitos socioambientais pode-se verificar que o problema da estrada e acesso (trecho PR-508/Parati), relatado pelos entrevistados, não é recente e vem se transformando e se reconfigurando entre os atores sociais envolvidos desde 1926. O que decorre é que projetos de desenvolvimento local com o objetivo de promover a ligação e o transporte mais rápido e eficiente entre regiões importantes em determinado contexto histórico promoveram a exclusão e isolamento de áreas historicamente consideradas importantes, como a da localidade do Parati.

Podemos observar no contexto atual um desgaste natural da estrada decorrente do seu pavimento, da declividade em certos trechos e dos altos índices pluviométricos da região, associado a dois fatores que intensificaram o processo de degradação da estrada, segundo os entrevistados: o trânsito de veículos pesados do exército e equipes de resgate nas buscas do avião do então presidente nacional do PTB, José Carlos Martinez, que em 2003 caiu entre os morros do Agudinho e do Rolado; e o uso da estrada por jipeiros e motociclistas para prática de motocross que foi identificada como conflituosa já nos levantamentos do Plano de Manejo da APA de Guaratuba em 2006. Para zona de conservação C11, que engloba a área do Parati, as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Guaratuba são claras ao proibirem as atividades de motocross, contudo, mesmo com a proibição a trilha ainda é muito procurada por estes grupos para prática do motocross (IAP, 2006).

O processo de embargo da estrada em 1999 é resultado da ação civil pública promovida pela ONG “Movimento Ecológico de Incentivo à limpeza e Higiene Ambiental – Projeto Ilha”, contra a prefeitura de Matinhos, por prática de infrações ambientais durante a execução de atividades de manutenção da estrada do Parati (PNSHL, Nº 006/2010). Este embargo atualmente é considerado um dos principais problemas para a localidade, em virtude da exigência da realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para o andamento das obras de recuperação da estrada.

Para alguns entrevistados há falta de interesse dos responsáveis em realizar os estudos e a recuperação da estrada, além de, conflitos de interesses, uma vez que parte do traçado da estrada encontrasse no município de Matinhos e parte no município de Guaratuba. Este aspecto faz com que os moradores do Parati se organizem na tentativa de exercer alguma pressão política sobre a administração atual de Guaratuba manifestando publicamente o desejo de transferir seus títulos de eleitores para o município de Matinhos, ou mesmo, de que a região do Parati passe a pertencer a Matinhos. No entanto é necessário considerar que o EIA é um estudo complexo, realizado por uma equipe de profissionais contratados por uma empresa de consultoria ambiental. Portanto há um custo atrelado ao empreendimento de melhoria da estrada o Alboit tornando assim a sua reforma significativamente mais cara em decorrência da exigência do EIA, do que seria sem ele.

Por fim com relação aos Moradores destacamos que os filhos dos entrevistados têm migrado, a partir do processo gerado pelo fechamento da escola, para municípios próximos em regiões periféricas de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Colombo, exercendo assim pressões sobre novas áreas. Existem ainda poucos casos de pessoas que migraram para regiões mais distantes como Pato Branco/PR, Primavera do Oeste/MT e Marabá/PA.

5.3 ASPECTOS GERAIS: REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

Ao todo foram entrevistados quatro representantes de órgãos públicos pré-selecionados a partir dos resultados obtidos com os questionários aplicados aos moradores. Destes quatro representantes dois faziam parte da administração do município, ocupando cargos nas Secretarias de Educação e Meio Ambiente de Guaratuba, os outros entrevistados representavam a APA de Guaratuba e IAP, e o PNSHL e ICMBio.

Quanto aos representantes do PNSHL/ICMBio e APA de Guaratuba/IAP o vínculo de ligação com o território do Parati fica mais evidente, uma vez que os limites destas UC ou compreendem o próprio Parati ou estão no seu entorno imediato. Já a representação da secretaria de meio ambiente é responsável direta pelo planejamento, implementação e manutenção de ações na região uma vez que

esta faz parte do município de Guaratuba. Por fim a representação da secretaria de educação ocorreu por conta do grande número de citações feitas pelos moradores com relação a problemas enfrentados em decorrência da cessação das atividades da escola rural do Parati, neste sentido fez-se necessário entender melhor este processo.

A média de idade dos entrevistados deste grupo é de 54 anos, uma média que podemos considerar elevada. Se levarmos em conta esta média elevada em conjunto com o grau de escolaridade dos gestores, terceiro grau completo para três dos entrevistados e um cursando, percebemos de início que temos um perfil com uma base de formação mais antiga, que pode se refletir na forma como as ações dos órgãos vão ser planejadas, implementadas e mantidas.

Apenas um dos entrevistados deste grupo é natural da região do litoral do Paraná, o restante respondeu ter nascido em regiões do interior do estado, Coronel Vivida, Teixeira Soares e Ponta Grossa. Mesmo assim apenas um dos entrevistados não deixou claro durante a entrevista se tinha uma relação mais próxima com a região. Contudo isto parece ter ficado mais evidente quando observamos alguns detalhes de respostas dadas para entrevista.

Para este grupo as atividades econômicas desenvolvidas pela população do Parati são: a pesca; a agricultura de subsistência; o cultivo de ostras; o ecoturismo; e o ofício de caseiro. Contudo questionamos os entrevistados sobre atividades que teriam um potencial para serem desenvolvidas na região, e obtivemos as seguintes respostas de acordo com a tabela 6.

TABELA 6 - ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSIDERADAS PELOS ENTREVISTADOS COMO POTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO

Apicultura	1
Produção de Banana	1
Plantações	1
Ecoturismo	1
Turismo de Base Comunitária	1

FONTE: Os autores (2016).

Quando observamos os dados das respostas do grupo 02 sobre aspectos ambientais, tendemos a acreditar que encontraremos uma predominância da

dimensão científico analítica (das dimensões observadas por Soulé já comentadas para os aspectos gerais dos moradores). Porém o que observamos é um processo muito semelhante ao do grupo 01, com respostas distintas em virtude das diferenças que existem nos processos de valoração e de suas experiências pessoais no local. Como respostas surgiram: o salto Parati, principal atrativo turístico da região; o rio Parati, por onde é feita parte da navegação para se chegar à localidade; as trilhas de acesso; a gastronomia local; o turismo, surge como resposta mesmo não sendo diretamente um elemento natural, mas sim uma atividade associada a ele; a baía de Guaratuba; a serra do mar; as cachoeiras; o Sambaqui; a vegetação; e os pássaros.

Quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores, os representantes de órgãos públicos responderem conforme os dados apresentados na tabela 7.

TABELA 7 - PRINCIPAIS PROBLEMAS DA LOCALIDADE DO PARATI, GUARATUBA, PARANÁ, SEGUNDO ENTREVISTAS REALIZADAS COM O GRUPO 02 EM 2015.

Acesso	4
Estrada	3
Ausência de Serviços Básicos Municipais	3
Migração Rural - Urbano	1
Conflito entre Prefeituras	1
Violência	1
Motocroos	1
Comunicação	1

FONTE: Os autores (2016).

Por fim a tabela 8 apresenta as respostas dadas pelos entrevistados do grupo 02 quando questionados sobre as possíveis causas para os problemas existentes na localidade do Parati. O primeiro aspecto importante para este conjunto de respostas é que não há a indicação de um mesmo problema por diferentes entrevistados, ou seja, não há consenso entre os entrevistados sobre o fator motivador dos problemas.

Como podemos observar na tabela acima as indicações vão de questões internas a instituições como burocracias e prioridades dos planos diretores que acabam desconsiderando regiões rurais isoladas, e muitas vezes invisíveis para a

gestão pública; até questões mais internas às dinâmicas da própria população, como as transformações culturais pelas quais tem passado ao longo do tempo.

TABELA 8 - POSSÍVEIS CAUSAS PARA OS PROBLEMAS

Burocracias	1
Ausência de Moradores	1
Processos de mudanças culturais entre gerações	1
Oferta apenas de ensino fundamental 1ª a 4ª série	1
Dificuldade de Acesso	1
Ausência de serviços básicos municipais	1

FONTE: Os autores (2016).

5.4 RELAÇÕES ENTRE OS PERFIS E PERCEPÇÕES: OS CONFLITOS E AGENTES CAUSADORES

Quando observamos a naturalidade dos moradores entrevistados percebemos que apesar de existirem pessoas que não são naturais da região, estas residem há muito tempo nela. Este aspecto revela que os moradores em sua grande maioria estabelecem relações fortes com o território em que estão inseridos, viveram se não sua vida toda, grande parte dela no local. Criaram assim o que Little (2006) chamaria de “seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”, ou seja, um grupo com sua forma específica de relação com seu meio natural, nem sempre claramente visível, mas inerente às relações entre a sociedade e a natureza.

Já dos quatro entrevistados do segundo grupo (representantes de órgãos ambientais e secretarias de meio ambiente e educação de Guaratuba) apenas um dos entrevistados é natural do litoral do Paraná, sendo os outros de Teixeira Soares, Coronel Vivida e Ponta Grossa.

Se para os moradores o vínculo com o Parati está relacionado a uma relação de vida com o meio que estão, para os representantes de órgãos públicos o vínculo parece ser feito a partir de experiências pontuais de visita, ou a partir de objetivos e planejamentos macro externos a população, que acabam sendo responsáveis por direcionar o posicionamento dos gestores nas dinâmicas de relações entre os atores sociais.

Quando observamos a média de escolaridade dos entrevistados, percebemos uma acentuada diferença entre os grupos. Para o grupo 1 identificamos o primeiro ano do ensino fundamental como média de escolaridade dos entrevistados, com alguns tendo sequer cursado alguma série. Para o grupo 2 apenas um dos entrevistados ainda está cursando o ensino superior, sendo os outros três graduados e com especialização.

Esta acentuada diferença torna-se importante quando pensamos na relevância que o acesso a informação e expressão por meio da linguagem escrita apresenta junto aos atores sociais do grupo 2, onde estão os tomadores de decisão; e que isso determina a posição dos atores nas redes de relações e conflitos existentes. Não queremos aqui dizer que um ator com baixo nível de escolaridade necessariamente ocupará uma posição periférica exercendo pouca influência sobre os outros atores nas redes de conflito, ou vice-versa. Mas o fato é que os atores do grupo 2 acabam assumindo uma posição central nos processos de decisão em virtude de sua escolaridade. Fica claro aqui que esta discrepância na escolaridade é o que poderíamos chamar de agente causador ou intensificador de conflitos, uma vez que suas causas podem ser as mais variadas, e que, os atores envolvidos são geralmente coletivos e apresentam diferenças no nível de conhecimento e informação, no nível de recurso e poder e diferenças nos aspectos culturais (VARGAS, 2007).

Agora quando observamos o conhecimento dos entrevistados sobre a realidade socioeconômica dos moradores do Parati percebemos alguns problemas. Se isolarmos as respostas que indicam alguma forma de turismo como potencial atividade econômica não observamos nenhuma outra resposta relacionada a atividades que tenham ligação direta com o mar, rios e a baía de Guaratuba. O que identificamos é certa falta de conhecimento, por parte dos entrevistados no grupo 02, sobre como e o quanto o mar está diretamente ligado com as formas de subsistência e geração de renda para os entrevistados do grupo 01. O que as vivências na localidade, diários de campo e respostas dos entrevistados do grupo um indicam é que historicamente sempre existiu uma relação forte dos moradores da localidade com o mar, seja por sua significativa importância para o deslocamento e transporte de cargas que foram determinantes para o processo de ocupação do

litoral em determinados momentos históricos, como já citado na contextualização da área de estudo, seja pela importante fonte de recursos para subsistência ou geração de renda, seja para o deslocamento e ligação entre regiões e até mesmo pelo aspecto cultural de relação que estes estabelecem ao relembrares memórias de momentos vividos e experiências que diretamente associam aos rios, baía e mar.

Outro aspecto deste contexto que podemos explorar é a referência a diferentes conceitos ou noções de turismo que surgiram nas respostas dos entrevistados do grupo 02, o Turismo, o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária. Isto seria mais um elemento de disputa entre os atores sociais que levam a intensificação o surgimento de conflitos.

Este contraste entre o que cada grupo ou ator reconhece para os aspectos socioeconômicos pode ser observado também quando falamos de aspectos ambientais. Os dados sobre elementos naturais considerados pelos entrevistados importantes, nos evidenciaram, como já observamos, certos alinhamentos com dimensões de percepção da natureza, contudo, a questão é que enquanto um grupo percebe estes elementos a partir de uma experiência de vida cotidiana, outro o faz a partir de visitas, tornando os sentidos dados ao território distintos, a assim gerando conflitos.

Sobre as dificuldades e potenciais conflitos enfrentados pelos moradores do Parati, o acesso e embargo da estrada, reconhecidos por ambos os grupos como importante problema, se caracteriza claramente como um conflito territorial, é evidente o embate entre atores sociais em função de seus distintos modos de relação com o território (LITTLE 2001, p. 107), assim como há a sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais sobre o mesmo recorte espacial (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Neste contexto entender que este conflito tem sua origem em um momento histórico passado e que vem se reconfigurando até o contexto atual é um importante passo para colocar em xeque o argumento de que a origem do conflito está na criação das UCs, como a APA de Guaratuba e, especialmente, o PNSHL. Em um contexto geral, a forma como são criadas as UCs no território nacional, “de cima para baixo”, é responsável por gerar e/ou intensificar conflitos socioambientais, contudo, este não parece ser o caso em nossa pesquisa. O que percebemos com

este grupo de atores envolvidos nos conflitos é uma certa forma de organização das demandas da população do Parati que são repassadas a alguns atores chave, que exercem alguma liderança ou representação da população, estes identificados a partir das vivências e das entrevistas com o grupo 02. Esta forma de organização faz com que os atores chave tentem estabelecer alguma pressão sobre as administrações municipais a partir de instituições. Assim o que temos são *fontes*, *alvos* e *intermediários*, termos usados por Lemieux e Ouimet (2012) ao discutirem as conexões entre os atores em uma rede de relações. Basicamente é uma fonte, no nosso caso o ator chave, que reúne demandas coletivas com o objetivo de transmiti-las, no sentido mais amplo do termo, a um alvo ou mais, aqui claramente a administração municipal de Guaratuba, suas secretarias de educação e meio ambiente. Contudo isto não é feito de forma direta entre os atores fonte e alvos, mas a partir de atores intermediários como instituições de ensino, caso da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, e do ICMBio – equipe gestora do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Assim, a criação de uma UC como o PNSHL e a presença de sua equipe gestora nesse território inseriu mais um importante ator (intermediário) em uma rede de relações de conflitos já existente, entre a população do Parati e a administração municipal. Nesse sentido, a equipe gestora da UC tem sido mais significativa no processo de intermediação e mediação de conflitos socioambientais, especialmente a partir do espaço criado em seu Conselho Gestor, do que na geração e intensificação desses conflitos

Outro aspecto importante é o não reconhecimento das restrições ao plantio por parte dos entrevistados do grupo 2 como importante problema para a comunidade, isso indica no mínimo um conflito invisibilizado.

O mesmo contraste identificado para os aspectos socioeconômicos e ambientais está presente quando falamos sobre as possíveis causas para os problemas existentes no Parati. Para este conjunto de dados não há a indicação de um mesmo problema por diferentes entrevistados, ou seja, não há consenso entre os entrevistados sobre o fator motivador dos problemas.

O que identificamos nas relações entre os atores, falando de características gerais são situações de contraste, ausência de informações, de conhecimentos construídos a partir de experiências vividas e invisibilidade de conflitos. Elementos

estes que tencionam as relações inviabilizando processos que Vargas (2007) chamaria de “Transformação de Conflitos” (*conflict transformation*).

Quando tentamos tabular os conflitos e lista-los encontramos certa dificuldade, não em encontrar os conflitos, eles estão ali presentes, contudo como enquadra-los em um tipo específico? Por exemplo: O embargo da estrada de acesso é evidentemente um conflito de ordem socioambiental. Contudo, como já discorreremos, tem origem em processos históricos locais muito anteriores à própria criação do primeiro parque nacional do Brasil o Parque Nacional do Itatiaia.

Assim preferimos caminhar no sentido de Little (2001), que ao construir tipologias de conflitos socioambientais usa como base a noção de que as tipologias devem ser utilizadas com flexibilidade. Então ao invés de classificar, correndo o risco de perder as interfaces das dinâmicas dos aqui denominados até então “problemas enfrentados pela população do Parati”, preferimos manter como o fizemos citando-os ao longo do texto, e resgatando-os quando necessário.

5.5 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Apresentação**. In: A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Org. Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **Apresentação**. In: Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios. Org. Carlos RS Machado, Caio Floriano dos Santos... [et al...]. Porto Alegre: Evangrav, 2013.

_____. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ed. UFPR. N.5. p. 49-60. Jan/jun. 2002.

APA. **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Disponível em: <http://conselhoapaguaratuba.blogspot.com.br/> Acessado em: 08 de julho de 2015.

BENSUSAN, N. **Diversidade e Unidade: Um Dilema Constante**. In: A Diversidade Cabe na Unidade?: áreas protegidas no Brasil / Organização Nuriti Bensusan, Ana Paula Prates – Brasília: IEB, 2014.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: homem e terra, reminiscências**. 3ªed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. & VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAU/CEC, 2004.

DOUROJEANNI, M. J. PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba. Ed. UFPR, 2007.

FERNANDES, L. **Contribuição a Geografia da Praia de Leste**. Separata dos Arquivos do Museu Paranaense. Vol. VI. Artigo I. p. 3-36. 1947.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.

IAP. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Curitiba: IAP, 2006.

IBGE. **Vamos conhecer o Brasil: nosso território, biomas**. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/pt/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/biomas>. Acessado em: 26 de junho de 2015.

_____. **IBGE Cidades: Guaratuba**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4109609>. Acessado em 15/07/2015.

ICMBIO. **Mosaico do Lagamar**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos/moscaicos-reconhecidos-oficialmente/1870-mosaico-de-unidades-de-conservacao-donlitoral-sul-de-sao-paulo-e-do-litoral-do-parana-lagamar.html>. Acessado em 15/07/2015

_____. **PARNA Guaricana**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/5075-parna-guaricana.html> Acessado em: 01 de julho de 2015.

LEMIEUX, V. & OUIMET M. (2012). **Análise Estrutural das Redes Sociais**. Laval: Instituto Piaget

LITTLE, P. E. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, ano 12(25): 85-103, 2006.

_____. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

_____. **Os Conflitos Socioambientais:** um campo de estudo e de ação política. In: *A Díficil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Org. Marcel Bursztyn. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107 a 122.

MARTINEZ-ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto. 2007.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. *Ambiente & Sociedade*, 9(1): 41-64, 2005.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades**. Curitiba, 2013. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

MILANO, M.; TAKAHASHI L.; e Nunes M. (orgs) **A Ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais**. In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MITTERMEIER, R. A. (et al.). **HOTSPOTS:** earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Conservation International; Sierra Madre and Agropalma, 1999.

MMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. 2ed. Brasília: 2007.

_____. **AValiação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MYERS (et al.). **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature* 403: 853-858.

NASCIMENTO, E. P. do. **Os Conflitos na Sociedade Moderna:** uma introdução conceitual. In: *A Díficil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Org. Marcel Bursztyn. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107 a 122.

PÁDUA, M. T. J. **Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. In: *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro* / **Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo**; Organizadores. – Brasília: MMA, p. 21 -36, 2011.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. ; KIM, M. K. 2006. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PNSHL. **Nota Técnica nº006/2010:** situação da estrada do Parati. Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Matinhos, 2010.

PORTO, M. F. **Saúde do Trabalhador e o Desafio Ambiental**: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. Ciência & Saúde Coletiva. V.10. n.4. Rio de Janeiro. Out/dez. 2005.

SANTOS, M. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.

SNIF. **Recursos florestais**: os biomas e suas florestas. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>. Acessado em: 26 de junho de 2015

SONDA, C. **Comunidade Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba**: caracterização sócio-econômica e utilização dos recursos vegetais silvestres. Curitiba, 2002. Tese (Doutoramento em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná.

SOULÉ, M.E. **Mente na Biosfera; Mente da Biosfera**. In: Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 593-598, 1997.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

URBAN, T. **Saudade do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Ed. UFPR. 1998.

VARGAS, G. M. **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais**: proposta de um marco teórico e metodológico. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

_____. **Território e Natureza**. In: Anais do II Encontro da ANPPAS; 2004. Indaiatuba, SP, Brasil. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#1

ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O tema dos conflitos é sem dúvida um dos temas que sempre estará atual, muito em virtude da inerência dos conflitos a sociedade, mas também em razão do choque cada vez mais constante de territorialidades distintas.

Entender as dinâmicas dos conflitos socioambientais no contexto das populações e unidades conservação torna-se então, fundamental não só para a efetivação da estratégia de conservação a partir da criação de áreas naturais protegidas, mas também para construção de uma alternativa a polarização dos discursos sobre as UC, hora preservacionista, hora socioambientalista, e mais do que isto, uma possibilidade de estabelecer relações de cooperação entre populações e UC no sentido de frear a expansão do capital sobre áreas importantes tanto do ponto de vista ecológico como sociocultural. Repensando-se assim o desenvolvimento a partir de uma lógica mais próxima da justiça ambiental, do território e da sustentabilidade, ou seja, de um desenvolvimento territorial sustentável.

No contexto do Parati observamos um potencial muito grande para o estabelecimento de relações de cooperação, contudo, este potencial é diminuído cada vez mais e de forma rápida, em virtude de situações de conflitos socioambientais relacionados à sobreposição de territorialidades (restrição de plantio em áreas de roça), distribuição desigual de recursos e limitações de acesso, entendendo acesso no sentido mais amplo da palavra como nos casos de embargo da estrada, fechamento da escola, ausência de serviços básicos de saneamento.

Estes conflitos são intensificados por situações como a invisibilização de atores envolvidos (prefeituras de Guaratuba e Matinhos), por discrepâncias nos níveis de escolaridade dos atores, e pelos contrastes entre informações e percepções de moradores e representantes de órgãos públicos.

Isto acaba por vezes sendo creditado como de responsabilidade de agentes ou atores mais presentes no cotidiano da população, como as UC e órgãos ambientais, porém sem de fato serem de responsabilidade destes.

O que os dados nos levam a considerar é que os conflitos estão vinculados muito mais a processos históricos de abandono e ausência de planejamentos e

políticas por parte de administrações públicas ao longo dos anos, do que a criação e implementação das UC.

Com base nos resultados e nas análises identificamos a existência de conflitos socioambientais territoriais e distributivos, resultado da sobreposição de áreas da APA de Guaratuba e do PNSHL a importantes áreas de uso para manutenção da população do Parati. Contudo, um dos principais problemas enfrentados pela população tem sido equivocadamente atribuído a criação das UC, a dificuldade de acesso.

O processo de isolamento a que a localidade está submetido teve início muito antes da criação das UC ou da aplicação efetiva de legislações ambientais como a lei da Mata Atlântica. Podemos citar pelo menos três fatores que vem agravando o isolamento da localidade ao longo do tempo: a abertura da estrada mar, atual PR – 407, no ano de 1926, que modificou a forma de se deslocar pela planície; o uso cada vez mais intensivo e a priorização da utilização de espaços e balneários para construção de casas de veraneio e lazer, o que levou a mudança gradativa da forma interação que as populações mantêm com o ambiente; e a intensificação de atividades portuárias e, em um contexto mais atual, atividades industriais, que conseqüentemente levam a um processo de crescimento populacional de centros mais urbanos em detrimento de áreas rurais.

Estes três fatores foram exercendo pressões sobre a população ao longo do tempo, e se intensificou quando a estrada sofre o embargo em virtude de uma denúncia de uso indevido de maquinário público. Entretanto o que verificamos com as entrevistas e os levantamentos feitos a partir de documentos e pareceres é que, em conjunto com a população, a gestão e o Conselho Consultivo do PNSHL tem estabelecido os maiores esforços para que haja o cumprimento das exigências legais para liberação das obras de recuperação do traçado da antiga estrada do Alboit, que hoje encontra-se intrafegável para veículos e embargada.

Ao nos debruçarmos mais a fundo sobre o problema do acesso, percebemos que atores mais camuflados no conflito tem exercido um papel muito mais importante na intensificação dos problemas. As prefeituras de Guaratuba e Matinhos alimentam o impasse sobre a real responsabilidade no problema de ambas as administrações, assim aproveitando-se do fato de que parte do traçado seja em um

município e parte em outro, justificam sua postura apática com relação a ações que poderiam ser tomadas para recuperação da estrada, jogando a responsabilidade uma para outra.

Isto nos conduz a consideração de que no caso da localidade do Parati os atores nas dinâmicas dos conflitos socioambientais se dividem em três grupos: População, formado por moradores da localidade com características que já descrevemos; administrações municipais, formado pelas respectivas secretarias de meio ambiente e educação; e órgãos públicos ambientais, representados por gestões de UC das esferas Federal e Estadual.

O primeiro conjunto de atores tem recebido a maior carga de pressão e sem dúvida é o grupo mais fragilizado, seja por que ocupa uma posição nas relações de poder menos favorecida, ou porque tem seu modo de vida diretamente afetado pelos resultados das dinâmicas dos conflitos. Entretanto o que nos chamou mais a atenção e a proximidade nas relações entre o primeiro conjunto de atores e o terceiro. O conflito da estrada abordado inicialmente exemplifica bem esta aproximação dos atores. Quando constatamos que ambos os grupos apresentaram, neste caso, opiniões e interesses alinhados, pudemos verificar uma relação de cooperação, o que dentro das dinâmicas dos conflitos socioambientais permite uma maior visibilidade dos problemas, resultando em maior diálogo e equilíbrio das relações entre os atores.

Por fim percebemos o oposto nas relações quando incluímos segundo grupo de atores. Poderíamos novamente usar o exemplo da estrada, mas, vamos citar outro conflito, o da escola. Efetivamente este é um dos principais conflitos, mais decisivo no processo de esvaziamento e envelhecimento da população que a própria dificuldade de acesso a localidade.

Pode inicialmente parecer que este seja um conflito de ordem social, porém, este leva aos processos que citamos e acaba por exercer influência significativa na forma e nas relações estabelecidas entre a população e as UC, sendo assim, tem influência direta sobre como outros conflitos socioambientais se desencadearam.

Já discutimos, quando apresentamos os dados, as influências do fechamento da escola rural do Parati na dinâmica da população. O que queremos apontar agora é o quanto a atitude de um ator na dinâmica dos conflitos pode ser

nefasta. Quando uma prefeitura assume a postura de simplesmente ignorar o fato de que tem responsabilidades, mesmo para que com uma família que fosse, esta o faz com consciência de que sua omissão, ou apatia na prestação de serviços como a educação neste caso, condenará a continuidade e a manutenção de determinada cultura, ou territorialidade.

Assim neste trabalho identificamos que um caminho, e que alternativas tem surgido a partir da cooperação entre população e UC. Assim, pesquisas futuras que ajudem a identificar e entender de forma mais detalhada estas experiências podem se tornar uma base para elaboração de propostas mais efetivas para condução e gestão mais equilibrada das UC. Trabalhos com recortes mais específicos, que trabalhem em um contexto micro podem deixar a desejar em contribuições mais teóricas, mais amplas, contudo trazem a possibilidade de servirem de base para ações práticas, exercendo assim um papel muito mais efetivo na prática.

7 REFERÊNCIAS GERAIS

APA. **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.** Disponível em: <http://conselhoapaguaratuba.blogspot.com.br/> Acessado em: 08 de julho de 2015.

BIGARELLA, J.J. **Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná.** In: Brazilian Archives of Biology and Technology – An International Journal. Jubilee Volume (1946-2001) p. 65 – 110. Dezembro, 2001.

_____. **Sambaquis.** Curitiba, PR: Posigraf, 2011.

BLUM, C.T. **A Floresta Ombrófila Densa na Serra da Prata, Parque Nacional Saint - Hilaire/Lange, PR** – Caracterização Florística, Fitossociológica e Ambiental de um Gradiente Altitudinal. 2006.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos:** o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184-198, mai/ago. 2008.

ESTADES, N.P. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.8, p.25 – 41. Julho/Dezembro. 2003. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

IBGE. **IBGE Cidades:** Guaratuba. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4109609>. Acessado em 15/02/2016.

MAACK, R. **Breves Notícias Sobre a Geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina.** Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. 2, p. 63-154. 2001.

MITTERMEIER, R. A. (et al.). **HOTSPOTS:** earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Conservation International; Sierra Madre and Agropalma, 1999.

MMA. **AVALIAÇÃO e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF, 2002.

NASCIMENTO, E. P. do. **Os Conflitos na Sociedade Moderna:** uma introdução conceitual. In: *A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.* Org. Marcel Bursztyn. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85 a 105.

PNSHL. **Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange:** Fauna. Disponível em: <https://parnasainthilairelange.wordpress.com/sobre/fauna/> Acessado em: 15/11/2016.

SONDA, C. **Comunidade Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba**: caracterização sócio-econômica e utilização dos recursos vegetais silvestres. Curitiba, 2002. Tese (Doutoramento em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná.

STRUMINSKI, E. **Parque Estadual Pico do Marumbi**. Curitiba. Ed. UFPR, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 -	ROTEIRO DE ENTREVISTA – 01: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DINÂMICA DA COMUNIDADE DO SALTO PARATI	107
APÊNDICE 2 -	ROTEIRO DE ENTREVISTAS - 02: REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E ATORES EXTERNOS	109

APÊNDICE 1

Unidade 01 – Aspectos sociais gerais:

- Nome completo?
- Qual o ano em que nasceu?
- É natural de onde?
- Há quanto tempo mora no Parati?
- Estudou até que série? Ou qual o seu grau de escolaridade?
- É casado(a)?
- Nome do marido ou esposa?
- Idade do marido ou esposa?
- O marido ou esposa é natural de onde?
- Vocês têm filhos? Quantos?
- Qual o nome e idade deles?
- Eles moram no Parati? Se não onde?
- Você reconhece alguém da comunidade como liderança? (Ex: Alguém importante para comunidade). Se sim quem?

Unidade 02 – Aspectos socioeconômicos

- Quais atividades econômicas exercem?
- Qual a principal atividade econômica, ou seja, aquela que garante o sustento da família?
- Produz alguma coisa? Como comercializa?
- Quais são as dificuldades encontradas para isso?

Unidade 03 – Aspectos socioambientais

- Da natureza quais elementos são importantes para você?
- Você faz uso de alguma planta? Qual? E para o quê?
- Qual a importância da terra, da água e da floresta para você?

Unidade 04 – Aspectos de conflitos

-
- Quais os principais problemas que você enfrenta? E quais as principais dificuldades para a comunidade?
 - A quem você atribui problemas com a saúde, educação, segurança, saneamento, meio ambiente e a estrada?

APÊNDICE 2

Unidade 01 – Aspectos sociais gerais:

- Nome completo?
- Qual o ano em que nasceu?
- É natural de onde?
- Mora no litoral do Paraná?
- Onde?
- Há quanto tempo mora?
- Estudou até que série? Ou qual o seu grau de escolaridade?
- Qual instituição atua? Qual sua atuação profissional?
- Qual a relação de sua instituição de atuação com a localidade do Parati? Há quanto tempo atua ou interfere nas dinâmicas do Parati?
- Você já foi até a região? Com que frequência vai ou quantas vezes foi?
- Com que intuito foi até a região?
- Você reconhece alguém da localidade como liderança? (Ex: Alguém importante para comunidade). Se sim quem?

Unidade 02 – Aspectos socioeconômicos

- Você conhece quais as atividades econômicas desenvolvidas na localidade do Parati?
- Quais atividades econômicas você considera potenciais para serem desenvolvidas na localidade do Parati? E por quem?
- Como poderiam ser implementadas estas atividades potenciais?
- Você identifica recursos naturais na localidade do Parati com potencial de exploração por estas atividades? Quais?
- Quais são as dificuldades encontradas para isso?

Unidade 03 – Aspectos socioambientais

-
- Quais são os principais recursos naturais da localidade do Parati?
 - Você acha que estes recursos devem ser protegidos? Como poderiam ser protegidos?
 - Qual a importância da conservação do patrimônio socioambiental da localidade do Parati?

Unidade 04 – Aspectos de conflitos

- Quais os principais problemas que você enfrenta nas atividades que desenvolve na localidade do Parati?
- Você identifica problemas relacionados com saúde, educação, segurança, saneamento, meio ambiente, acesso ou outros?
- A que você atribui estes problemas?
- Como você acha que estes problemas poderiam ser solucionados?